

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
JORNALISMO BACHARELADO

Taís Schakofski Busanello

**ENQUADRAMENTO DISCURSIVO SOBRE EVENTOS
CLIMÁTICOS EXTREMOS:
COBERTURA DO CICLONE EXTRATROPICAL NO RIO GRANDE
DO SUL EM 2023 PELA GZH**

Frederico Westphalen, RS
2024

Taís Schakofski Busanello

**ENQUADRAMENTO DISCURSIVO SOBRE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS:
COBERTURA DO CICLONE EXTRATROPICAL NO RIO GRANDE DO SUL EM
2023 PELA GZH**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Frederico Westphalen, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Herte de Moraes

Frederico Westphalen, RS
2024

Taís Schakofski Busanello

**ENQUADRAMENTO DISCURSIVO SOBRE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS:
COBERTURA DO CICLONE EXTRATROPICAL NO RIO GRANDE DO SUL EM
2023 PELA GZH**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Jornalismo, do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM Campus Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 24 de junho de 2024

Cláudia Herte de Moraes, Dra. (UFSM) (Orientadora)

Marluza Terezinha da Rosa, Dra. (UFSM)

Reges Toni Schaab, Dr. (UFSM)

Frederico Westphalen, RS
2024

AGRADECIMENTOS

Aos 9 anos, na terceira série do ensino fundamental, durante uma aula sobre o meio ambiente, ouvi pela primeira vez a carta do Chefe Seattle. Saí da escola querendo alertar a todos sobre a gravidade da destruição da natureza. Naquele momento, eu já sabia que trabalharia com meio ambiente, antes mesmo de saber que seria no jornalismo que encontraria meu papel.

Assim, inicio essa monografia agradecendo a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória, especialmente aqueles que plantam sementinhas de luta por um mundo melhor. Em especial, gostaria de agradecer à professora Cláudia que orientou a pesquisa, à professora Marluza e ao professor Reges que não só aceitaram ler e discutir esta pesquisa, mas que, na docência, contribuem para a formação de jornalistas críticos. Com certeza, levarei os ensinamentos de vocês para a prática da profissão.

Durante a graduação, enfrentei grandes perdas. Os últimos três anos foram difíceis e, sem o apoio de diversas pessoas, eu não teria chegado até aqui. Uma delas é Witor Silva, meu companheiro de vida e melhor amigo, que além de ser um presente que a UFSM me deu, me apoiou desde o início. Ele me deu forças para continuar quando a vontade de desistir aparecia, foi suporte quando a ansiedade me consumia e tornou cada conquista minha em uma conquista nossa. Sem você, este trabalho não seria possível. Obrigada por segurar minha mão e me dizer que eu conseguiria.

Agradeço imensamente à minha mãe, Marcilei, que muitas vezes abriu mão dos próprios sonhos para cuidar de mim e do meu irmão. Obrigada por me incentivar a estudar; cada livro que você me deu fez a diferença. Essa é uma conquista nossa.

Agradeço ao meu irmão, que, mesmo sem entender minhas escolhas, esteve sempre comigo. Obrigada por dividir as dores e as felicidades da vida comigo. Tenho muito orgulho de você.

Também, agradeço ao meu pai, Vanderlei (em memória), que sonhou em ver os filhos se formando, mas que, pelas injustiças da vida, não vai poder. Sempre te levarei comigo.

Agradeço aos meus avós, Sibila, Leonardo, Erminda e Pio (em memória), que sonharam por esse momento junto comigo. Obrigada pelo apoio.

Não poderia deixar de agradecer às minhas amigas e irmãs, Gabriela Meneghetti e Adriana Ossuna, que me acompanham na vida desde sempre. Obrigada por todo o apoio. Agradeço também à amiga que a UFSM me deu, Natalie Soares, que compartilha comigo o peso da vida acadêmica e as alegrias de cada vitória.

Agradeço à Anelise, Marciane, Eliane e Eliete por estarem presentes e me apoiarem sempre que precisei.

Por fim, gostaria de compartilhar que parte deste trabalho foi escrito durante outra tragédia no Rio Grande do Sul, com características semelhantes à que abordo aqui, mas com consequências ainda mais sérias. Não foi fácil analisar o jornalismo ao mesmo tempo em que vivia a pior tragédia climática da história do Estado. Espero que este trabalho contribua para a discussão sobre como o jornalismo deve pautar eventos climáticos extremos.

“A terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra.
Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família.
Há uma ligação em tudo.
O que ocorrer sobre a terra recairá sobre os filhos da terra.
O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios.
Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.”
(Chefe Seattle, 1854)

RESUMO

ENQUADRAMENTO DISCURSIVO SOBRE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS: COBERTURA DO CICLONE EXTRATROPICAL NO RIO GRANDE DO SUL EM 2023 PELA GZH

AUTORA: Taís Schakofski Busanello
ORIENTADORA: Cláudia Herte de Moraes

A presente pesquisa analisa o enquadramento discursivo do GZH sobre o ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul em setembro de 2023, no Vale do Taquari. O ciclone extratropical causou chuvas intensas, alagamentos, enxurradas, temporais, granizo e inundações. O objeto discursivo foi recortado de três notícias que relacionam mudanças climáticas com o evento extremo que atingiu o Rio Grande do Sul. Esta pesquisa se insere no campo da Análise do Discurso Materialista, utilizando o conceito de formação discursiva de Pêcheux (1995) e discurso jornalístico, que nos permite compreender o jornalismo como prática discursiva, como entendido por Gregolin (2007). O enquadramento discursivo desenvolvido por Moraes (2015) foi o procedimento metodológico escolhido para a análise, em que marcas de seleção, ângulo e ênfase foram analisadas. Ao pesquisar o enquadramento discursivo sobre eventos climáticos extremos, consideramos que os estudos de jornalismo ambiental devem ser aplicados na cobertura, assim, a presente pesquisa entende que nesses casos o jornalismo deve ser político, social e culturalmente engajado, como o proposto por Bueno (2007). O trabalho apresenta a importância de uma cobertura jornalística das mudanças climáticas que relacione suas causas e consequências; identifica as marcas discursivas nos textos do jornal analisado (sentidos que são produzidos pelas reportagens) e discute os enquadramentos da GZH na relação entre o desastre no Vale do Taquari e mudanças climáticas. Os principais resultados apontam que mesmo ao pautar causas e consequências das mudanças climáticas, o GZH não deixa essas explicações didáticas e não enquadra discursivamente os aspectos sociais da tragédia, colaborando com uma visão economicista sobre a crise climática.

Palavras- chave: Jornalismo ambiental. Análise do discurso. Eventos extremos. Mudanças climáticas.

ABSTRACT

DISCURSIVE FRAMING OF EXTREME WEATHER EVENTS: COVERAGE OF THE EXTRATROPICAL CYCLONE IN RIO GRANDE DO SUL IN 2023 BY GZH

AUTHOR: Taís Schakofski Busanello

ADVISOR: Cláudia Herte de Moraes

The present research analyses the discursive framing by GZH regarding the extratropical cyclone that struck Rio Grande do Sul in September 2023, in the Vale do Taquari. The extratropical cyclone caused heavy rains, flooding, flash floods, storms, hail, and inundations. The discursive object was selected from three news articles that relate climate change to the extreme event that impacted Rio Grande do Sul. This research is situated in the field of Materialist Discourse Analysis, employing the concept of discursive formation by Pêcheux (1995) and journalistic discourse, which allows us to understand journalism as a discursive practice, as understood by Gregolin (2007). The discursive framing developed by Moraes (2015) was the methodological procedure chosen for the analysis, where markers of selection, angle, and emphasis were examined. In researching the discursive framing of extreme climatic events, we consider that environmental journalism studies should be applied in the coverage, thus this research understands that in such cases journalism should be politically, socially, and culturally engaged, as proposed by Bueno (2007). The work presents the importance of journalistic coverage of climate change that relates its causes and consequences; it identifies the discursive markers in the analysed newspaper texts (meanings produced by the reports) and discusses GZH's framings in the relationship between the disaster in Vale do Taquari and climate change. The main results indicate that even while addressing the causes and consequences of climate change, GZH does not make these explanations didactic and does not discursively frame the social aspects of the tragedy, contributing to an economicist view of the climate crisis.

Keywords: Environmental journalism. Discourse analysis. Extreme events. Climate change.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1. CENÁRIO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.....	13
1.1. Emergência climática e eventos extremos.....	13
1.2. Riscos hidrometeorológicos.....	17
2. TEORIAS E CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO AMBIENTAL.....	21
3. PERSPECTIVA DISCURSIVA.....	27
3.1. Análise materialista do discurso.....	27
3.2. Formação discursiva.....	31
3.3. Discurso jornalístico.....	34
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
5. PAUTAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CICLONE EXTRATROPICAL NO GZH.....	45
5.1. As causas do acontecimento.....	46
5.2. As soluções.....	51
5.3. Onde está a falha.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 4 de setembro de 2023 o Rio Grande do Sul foi atingido por um ciclone extratropical, fenômeno que causou chuvas intensas, alagamentos, enxurradas, temporais, granizo e inundações. Segundo a Defesa Civil, 107 municípios foram afetados, atingindo e deixando mais de 402.297 pessoas em situação de vulnerabilidade, entre elas 5.216 desabrigados, 943 feridos e 49 mortos.¹

Ao estudar eventos climáticos e meteorológicos extremos no Brasil, José A. Marengo (2010) diz que fenômenos meteorológicos e eventos extremos estão mais intensos e frequentes. Para o autor, enchentes, secas prolongadas, ondas de calor, tufões e tornados são eventos intensificados pelas mudanças climáticas.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2021) provavelmente a ação antrópica aumentou a probabilidade de eventos climáticos compostos. Dessa forma, através de dados concretos, o IPCC (2021, p. 11) afirma que “a mudança do clima causada pelo homem já está afetando muitos extremos de tempo e clima em todas as regiões do planeta.” Em síntese, por meio de avaliações abrangentes, o IPCC adquiriu evidências para relacionar intensificação de ondas de calor, precipitação intensa, secas, e ciclones tropicais, com a interferência humana na atmosfera.

Pensando que as mudanças climáticas geram uma série de consequências, sendo elas em “sistemas físicos, biológicos e humanos”, impactam sociedades e organizações sociais em todo o mundo, e, principalmente, acentuam vulnerabilidades populacionais (LOOSE et al, 2017, p. 117). Consideramos que o jornalismo ambiental (JA) deve ultrapassar os limites editoriais, visto que, além de abordar os acontecimentos, o JA deve ser um “espaço de mobilização para o debate, construindo informações qualificadas” (MORAES; GIRARDI, 2016, p. 18).

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), eventos extremos são a combinação de fenômenos que facilitam riscos ambientais e sociais. Portanto, entendemos que além da dimensão física do desastre, é necessário considerar que a dimensão social e as desigualdades

¹ Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/18h-balanco-da-defesa-civil-sobre-chuvas-intensas-e-enchentes-no-rs-contabiliza-49-mortes-651362594af21> Acesso em: 5 out. 2023.

socioeconômicas são um fator determinante para que eventos extremos se tornem destrutivos para a vida humana (VALENCIO, 2014).

O Vale do Taquari foi cenário de um evento climático extremo, amplamente midiaticizado, sendo um fenômeno com alto valor notícia (TRAQUINA, 2005). Esse evento abrange e interrelaciona os critérios de noticiabilidade de notabilidade, com tragédia, morte, inesperado, e, para o jornalismo gaúcho, a proximidade foi determinante para a cobertura.

Para as pesquisadoras Girardi e Moraes (2013) o jornalismo precisa ter um olhar mais cuidadoso ao abordar as mudanças climáticas, uma vez que elas afetam a vida de todos os seres vivos. Por essa razão, entendemos que é fundamental analisar o jornalismo e os enquadramentos discursivos utilizados ao abordar eventos que se classificam como consequência das mudanças climáticas.

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela necessidade de estudar como o jornalismo gaúcho aborda os riscos hidrometeorológicos, uma vez que os impactos de desastres naturais e mudança do clima no Rio Grande do Sul são expressivos. Segundo Pessoa (2021, p. 4) em 2020, enquanto no Brasil o número de pessoas afetadas por eventos extremos era de 178,4/ 100.000 habitantes, no RS essa taxa era de 189 por 100,000 habitantes.

A crise climática mostra-se cada vez mais grave, sendo a razão de muitos eventos ambientais extremos, os quais ao impactarem a vida de toda a população, possuem um alto valor notícia, portanto, essa pesquisa advém da hipótese de que veículos hegemônicos não enquadram estes eventos como resultado das mudanças climáticas. Dessa forma, emerge a necessidade de pesquisar como o jornalismo gaúcho, em especial o GZH, o maior jornal do estado, aborda os desastres ambientais e hidrometeorológicos.

Com isso, essa pesquisa questiona: as causas e consequências das mudanças climáticas fizeram parte do enquadramento discursivo da GZH ao cobrir o ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul em setembro de 2023?

Considerando a perspectiva do enquadramento discursivo, o objetivo geral deste trabalho é analisar o enquadramento discursivo da cobertura das causas e consequências das mudanças climáticas na cobertura do GZH sobre o ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul em setembro de 2023.

Assim, nossos objetivos específicos são:

- a) Apresentar a importância de uma cobertura jornalística das mudanças climáticas que relacione suas causas e consequências;
- b) Identificar as marcas discursivas nos textos do jornal analisado (sentidos que são produzidos pelas reportagens).
- c) Compreender os enquadramentos da GZH na relação entre o desastre no Vale do Taquari e mudanças climáticas.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é o enquadramento discursivo, tendo como apoio o estudo de Moraes (2015). Foram analisadas 3 notícias que abordam o ciclone extratropical que ocorreu no Rio Grande do Sul, em setembro de 2023, a seleção ocorreu através da ferramenta de busca avançada do Google, na qual pesquisamos os termos “mudanças climáticas”, “eventos extremos” e “ciclone extratropical” direcionados para o site da GZH.

1. CENÁRIO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Para compor esta monografia, é indispensável elucidar o cenário de emergência climática. A primeira seção busca explicar as mudanças climáticas e a sua relação com a maior incidência de eventos climáticos extremos, na seção 1.2 tratamos especificamente de riscos hidrometeorológicos, sendo uma seção importante para entender o que aconteceu no Vale do Taquari em setembro de 2023.

Assim, esse capítulo possui o objetivo de contextualizar a problemática das mudanças climáticas, apresentando pesquisas e elementos conceituais que afirmam a necessidade de o jornalismo abordar a temática.

1.1. Emergência climática e eventos extremos

Com o aumento da ocorrência de eventos extremos, o jornalismo precisa, cada vez mais, trabalhar com o conceito de mudanças climáticas. Em vista disso, na sequência buscaremos explicar o que são as mudanças climáticas e com o apoio de pesquisas científicas iremos abordar suas causas e consequências, sendo uma delas a maior incidência de eventos extremos, fenômeno que também será discutido ao longo deste texto.

De acordo com as Nações Unidas Brasil², as mudanças climáticas são transformações que ocorrem em um longo prazo no clima, alterando os padrões de temperatura, elas são causadas pelo acúmulo de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, gerado através de atividades antrópicas como: queima de combustíveis fósseis, desmatamento, atividades industriais e aterros de lixo.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021, p. 9-11), ações humanas geram mudanças na temperatura do planeta há mais de 2 mil anos, no entanto, entre 1970 a 2020 a temperatura da superfície global teve o maior crescimento que em qualquer outro período da história, dessa forma, ao considerar que a partir de 1970 o trabalho humano passou a ser desenvolvido por máquinas, aumentando o índice de produção e consumo, devido a terceira revolução

² Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 11 nov. 2023.

industrial, é possível relacionar as mudanças climáticas com o crescimento desses padrões.

As mudanças climáticas apresentam-se por meio de suas consequências, que são definidas pelo IPCC (2021, p. 11) como “ondas de calor, precipitação intensa, secas, e ciclones tropicais, e, principalmente, sua atribuição à influência humana, ficaram mais fortes desde o AR5³.” Estas consequências são eventos climáticos extremos, que o IPCC (2021, p.12) define como “uma combinação de múltiplos agentes causadores e/ou ameaças que favorecem riscos sociais ou ambientais.”. Para Marengo:

Espera-se que as mudanças climáticas alterem os valores de precipitação e aumentem a variabilidade dos eventos de precipitação, o que pode levar a enchentes e secas ainda mais intensas e frequentes. Claro que eventos de enchentes e secas extremas podem causar danos econômicos e ecológicos e, no pior dos casos, colocar vidas em risco. Em geral, muitas atividades econômicas e processos ambientais são altamente dependentes da precipitação. Ocorrências de déficit de precipitação em larga escala, muitas vezes, causam graves efeitos sobre atividades como agricultura, silvicultura, produção hidrelétrica, ecossistemas alagados e vida selvagem. (MARENGO, 2010, p. 5)

Portanto, conforme os estudos de Marengo, é possível afirmar que as mudanças climáticas podem alterar e gerar instabilidade no volume de chuvas, causando secas e enchentes com maior frequência. Esses eventos extremos são capazes de gerar danos irreparáveis para a vida humana e para a sociedade, visto que, diversas atividades humanas e econômicas são dependentes de um sistema de precipitação regular.

Diante desses eventos extremos e transformações climáticas, Ripple *et al.* (2019, p. 8) alertaram que o planeta Terra enfrenta uma emergência climática. Assim, o termo é utilizado para tratar da “gravidade dos riscos climáticos, que vão de graves até irreversíveis, e a consequente necessidade de adoção de medidas urgentes e imediatas para evitá-los ou mitigá-los.” (CARVALHO, 2020, p. 43).

Entre os chamados eventos extremos, o relatório IPCC (2021, p. 11) afirma que “seria extremamente improvável que alguns dos extremos de calor observados recentemente na última década acontecessem sem a influência humana sobre o sistema climático.”. Isto é, as atividades humanas, que incluem desmatamento,

³ O AR5 é o quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, sendo o relatório anterior ao publicado em 2021.

queima de combustíveis fósseis e diversas práticas industriais, são fatores que impulsionam as mudanças climáticas.

O consumo está extremamente conectado às mudanças climáticas. Para Ripple et al. (2019, p. 8): “Os países mais ricos são os principais responsáveis pelas emissões históricas de GEE e geralmente têm as maiores emissões per capita.”⁴. Assim, Ripple et al. (2019) afirmam que algumas atividades humanas tornam-se preocupantes pelos altos índices de emissão de gases poluentes em sua execução, sendo elas:

aumentos sustentados nas populações de gado humano e ruminante, produção de carne per capita, produto interno bruto mundial, perda global de cobertura florestal, consumo de combustíveis fósseis, número de passageiros aéreos transportados, emissões de dióxido de carbono (CO₂), e emissões per capita de CO₂ (Ripple et al., 2019, p. 8, tradução nossa)⁵

Desta forma, torna-se possível elucidar a relação entre as ações que mais emitem gases de efeito estufa com as tendências de consumo da parte mais rica da população, bem como de atividades industriais, que estão diretamente ligadas à extração de recursos naturais.

Para o IPCC (2018, p. 8), as atividades humanas já provocaram o aquecimento de 1°C em comparação ao nível pré-industrial. O relatório estima: “É provável que o aquecimento global atinja 1,5°C entre 2030 e 2052, caso continue a aumentar no ritmo atual.” O documento ainda afirma, com alta confiança, que os riscos climáticos são maiores para 1,5° do que para o clima atual, no entanto, são ainda maiores para o aquecimento de 2°. Em 2021, o IPCC informou:

O aquecimento adicional, causado, por exemplo, pela manutenção de temperaturas acima de 1,5°C durante certo período neste século, resultará em impactos irreversíveis em certos ecossistemas com baixa resiliência, tais como ecossistemas polares, de montanha e costeiros, impactados pelo derretimento de calotas polares e geleiras, ou pela aceleração e elevação do nível do mar. (IPCC, 2021, p. 22).

Essa intensificação do aquecimento do planeta é responsável por diversas alterações na atmosfera e nos ecossistemas. O aquecimento de 1°C em relação aos

⁴ Original: “The most affluent countries are mainly responsible for the historical GHG emissions and generally have the greatest per capita emissions”

⁵ Original: “sustained increases in both human and ruminant livestock populations, per capita meat production, world gross domestic product, global tree cover loss, fossil fuel consumption, the number of air passengers carried carbon dioxide (CO₂) emissions, and per capita CO₂.”

níveis pré-industriais, já representa inúmeras consequências, uma delas é o risco iminente de desastre climático, chamado de emergência climática. Segundo a terminologia da Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes, das Nações Unidas (UNISDR), a emergência é classificada como:

Emergência é por vezes utilizado de forma intercambiável com o termo desastre, como, por exemplo, no contexto de riscos biológicos e tecnológicos ou emergências de saúde, que, no entanto, também podem referir-se a eventos perigosos que não resultam na perturbação grave do funcionamento de uma comunidade ou sociedade. (UNISDR, 2023)

Diante disso, para Carvalho (2020, p. 39), o conceito de emergência climática se manifesta em três dimensões, sendo elas: a científica, demonstrando a crise climática; a política, que se caracteriza pela pressão social sob o sistema político e a jurídica, a qual representa ações constitucionais sob a emergência climática. Assim, Carvalho (2020, p. 52) reiterou que em sua esfera jurídica, a declaração de emergência climática “consiste em evitar a mudança climática catastrófica, por meio de compromissos”. Portanto, podemos dizer que o termo refere-se ao colapso ambiental e necessidade de agir para evitar a agravação da crise gerada pelas mudanças climáticas.

O conceito de emergência climática é fundamental para definir a gravidade de eventos extremos que afetam a vida terrestre. Em 2023, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), registrou 1.161 casos de desastres hidrológicos ou geohidrológicos no Brasil, número que representa um recorde em ocorrência de eventos extremos. Neste cenário, o Rio Grande do Sul foi uma das regiões do país mais afetadas, registrando a ocorrência de 56% das mortes causadas por desastres hidrológicos e geohidrológicos, os quais estão relacionados às chuvas e incluem tanto movimentos de massa, como deslizamentos, quanto eventos causados por alto ou baixo índice de precipitação, como por exemplo alagamentos ou seca. (CEMADEN, 2024)

Levando em consideração a importância do jornalismo para informar e a função social da imprensa, que deve ser oferecer informação correta e contextualizada para a população (GIRARDI; SCHWAAB, 2008), entendemos que todos os veículos de comunicação possuem o compromisso de pautar as causas e consequências das mudanças climáticas. Dessa forma, acreditamos que o

jornalismo como um todo, não apenas o especializado em meio ambiente, deve ser instrumento de educação ambiental.

1.2. Riscos hidrometeorológicos

A presente seção irá discorrer sobre o que são os riscos hidrometeorológicos, buscando explicar como as mudanças climáticas prejudicam o funcionamento adequado dos sistemas de precipitação. Desta maneira, aqui vamos abordar a relação dos fenômenos que atingiram o Vale do Taquari em setembro de 2023.

Ao perguntar-se em sua tese se risco é notícia, a pesquisadora Souza (2023) reitera que os riscos são acontecimentos invisíveis socialmente, politicamente e ambientalmente, assim, muitas vezes não se tornam processos noticiáveis, ficando fora de pauta. Em seu estudo, a pesquisadora afirma que o risco muitas vezes só aparece junto ou após o desastre. Para Souza (2023, p. 88), “matérias publicadas após os desastres, por exemplo, evidenciam desdobramentos do caso que seguem indicando exposição a riscos”.

Assim, entendemos que aqui se torna necessário definirmos os riscos hidrometeorológicos. A soma de fenômenos meteorológicos e hidrológicos, em grande proporção, são chamados de riscos hidrometeorológicos. Segundo Lourenço (2018, p. 9), os riscos hidrometeorológicos associam eventos meteorológicos, que geram grande precipitação, em um curto espaço de tempo e em determinada região geográfica, com episódios hidrológicos, fluviais ou oceânicos, capazes de transportar um grande volume de água para a superfície terrestre.

A ocorrência de riscos hidrometeorológicos está relacionada com:

interações entre as dinâmicas atmosféricas (meteorologia dos extremos pluviais – tempestades, chuvas concentradas), suas repercussões em processos hidrológicos (episódios pluviais extremos – inundações, enchentes e alagamentos) e os impactos na sociedade (exposições das populações perante as condições de riscos. (GOUDARD, 2019, p. 39)

Ou seja, segundo esse estudo, o risco hidrometeorológico só ocorre quando os extremos pluviais colocam a população em condições de risco. Assim, é

importante ressaltar que com planos de mitigação e adaptação, os eventos hidrometeorológicos não representariam riscos para a vida humana.

Para a Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2023), os desastres naturais surgem das consequências de “fenômenos naturais extremos ou intensos que ocorrem sobre um sistema social”. Os desastres naturais hidrológicos são compostos por alagamentos, relacionados “aos sistemas de drenagem urbano”; enxurradas que ocorrem “com um grande volume de precipitação em uma bacia” e inundações, fenômeno que ocorre quando a “precipitação supera a capacidade de infiltração do solo” (PARANHOS et al, 2022, p. 11-34). Deste modo, inundações, enchentes e alagamentos podem ser considerados eventos pluviais extremos. (GOUDARD, 2019, p. 42)

Os desastres naturais meteorológicos incluem tornados, vendavais, geadas, granizos, chuvas intensas e ciclones. De acordo com Paranhos et al (2022), em um estudo dos desastres naturais no Rio Grande do Sul, tornados são “tempestades severas que se desenvolvem em ambientes instáveis e formam-se na base de sistemas convectivos” (Paranhos et al, 2022, p. 37); os autores conceituam vendaval como um fenômeno relacionado à intensificação do regime dos ventos, que normalmente ocorre relacionado com chuvas intensas. A geada é caracterizada como “deposição de gelo sobre as superfícies expostas ao ar livre” (PARANHOS et al, 2022, p. 71), já o granizo é a “precipitação de pedras de gelo de diâmetro igual ou superior a 0,5 cm” (PARANHOS et al, 2022, p. 45).

As chuvas intensas ocorrem por uma alta precipitação, em um curto período de tempo. A Defesa Civil do estado do Rio Grande do Sul (2023) afirma que “As chuvas podem estar relacionadas a um forte aquecimento do ar ao longo do dia, contribuindo para o aumento da circulação atmosférica, e consequente precipitação, sendo estas as chuvas de origem convectiva.”. No Rio Grande do Sul, os períodos com mais registros de desastres relacionados com chuvas intensas ocorrem durante o fenômeno El Niño, que é marcado pelo aquecimento das águas do oceano Pacífico Tropical. (PARANHOS et al, 2022, p. 53)

Os ciclones “são centros de baixa pressão atmosférica em relação às áreas circundantes, com características de tempo instável e tempestuoso. Sua circulação dá-se no sentido horário no Hemisfério Sul e anti-horário no Hemisfério Norte.”

(TOMINAGA, 2015, p. 215). Para a Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul (2023), quando o ar se desloca para essas áreas de baixa pressão atmosférica ele contribui para uma grande precipitação pluvial intensa e vendavais.

O clima influencia na disponibilidade de água no Brasil. Para Marengo (2008, p. 83) “o ciclo anual das chuvas e de vazões no país varia entre bacias, e de fato a variabilidade interanual do clima, associada aos fenômenos de El Niño, La Niña”, assim como anomalias climáticas podem ser oriundas da variação da temperatura da superfície do mar Atlântico Tropical e Sul. Dessa forma, o autor explica:

Recentemente, a mudança climática tem sido observada como possível causa de problemas que podem afetar a variabilidade e a disponibilidade na qualidade e quantidade da água. Mudanças nos extremos climáticos e hidrológicos têm sido observadas nos últimos cinquenta anos, e projeções de modelos climáticos apresentam um panorama sombrio em grandes áreas da região tropical. (MARENGO, 2008, p. 85)

A ocorrência de desastres naturais é multifatorial, no entanto, é de entendimento científico que a “variabilidade climática atual , com tendência para o aquecimento global, está associada a um aumento de extremos climáticos” (TOMINAGA, 2015, p. 13). Assim, o IPCC (2019, p.10) afirma, com confiança média, que eventos com chuvas intensas sejam maiores com o aquecimento global de 2°C, bem como projeta o aumento da intensidade de chuvas relacionadas com ciclones tropicais. Dessa forma, “Chuvas intensas, quando agregadas em escala global, são projetadas para serem mais intensas a 2,0°C que a 1,5°C (confiança média).” (IPCC, 2018, p.10).

Portanto, ao abordar as mudanças e os impactos observados no clima, o IPCC (2023) afirma:

Ocorreram mudanças generalizadas e rápidas na atmosfera, oceano, criosfera e biosfera. A mudança do clima causada pelo homem já está afetando muitos extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões do mundo. Isto vem resultando em impactos adversos generalizados, e perdas e danos relacionados, à natureza e às pessoas (alta confiança). (IPCC, 2023, p. 21)

De acordo com o IPCC (2023), é provável que a ação humana tenha contribuído para o aumento na frequência de eventos extremos, como ondas de calor, ciclones tropicais, secas e precipitações intensas. No momento de conclusão

deste estudo, o relatório do ano de 2023 é o mais recente, com isso, sabemos que as evidências trazidas por esse dossiê apontam o comprometimento da infraestrutura urbana de diversas partes do mundo por eventos extremos é atual.

Para interpretar como o ambiente urbano pode ser afetado pelas mudanças citadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, podemos observar esse impacto no comprometimento de sistemas de transporte, água, saneamento, energia e nas perdas econômicas no Vale do Taquari, onde cidades foram completamente destruídas, gerando um prejuízo de 420 milhões de reais, segundo dados divulgados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul⁶.

Assim, esse evento extremo deve ser reportado com responsabilidade e levando em consideração o papel pedagógico do jornalismo (BUENO, 2007). De tal modo, é fundamental relacionar o evento extremo com o fenômeno das mudanças climáticas, fazendo uma cobertura que explique suas causas, consequências e também soluções para o problema.

Para tratar sobre jornalismo ambiental nos aspectos necessários para cobrir eventos extremos e pautas ambientais, o próximo capítulo possui o objetivo de explicar essa atividade jornalística especializada.

⁶ Disponível em:

<https://estado.rs.gov.br/retomada-pos-enchente-no-vale-do-taquari-une-orgaos-estaduais#:~:text=Os%20preju%C3%ADzos%20totais%20atingiram%20a.destaque%20para%20o%20setor%20industrial.>

Acesso em: 12 mai. 2024.

2. TEORIAS E CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO AMBIENTAL

Nesta etapa da monografia, iremos discutir os aportes teóricos do jornalismo ambiental (JA). Tendo em vista que o desastre no Vale do Taquari foi um evento extremo, o que demonstrou a necessidade do jornalismo tradicional utilizar características do JA para narrar acontecimentos dessa natureza. Compreendemos assim, a necessidade de estudar como o processo noticioso deve ser conduzido nesses casos, abordando pautas ambientais para que sejam capazes de elucidar a gravidade e complexidade das mudanças climáticas. Portanto, iremos refletir sobre as raízes e aspectos do jornalismo ambiental.

O jornalismo ambiental surgiu como uma subárea da editoria de jornalismo científico. Belmonte (2017, p. 111) afirma que, a partir da década de 1960, o jornalismo ambiental já se desenvolvia como uma especialização temática na Europa, acompanhando os debates sobre problemas ambientais. O ambientalismo ganhou mais visibilidade no Brasil a partir de 1970, período em que reportagens sobre temas ambientais eram publicadas mesmo sem a consolidação do jornalismo ambiental como área de especialização (BELMONTE, 2017, p. 113).

Segundo Belmonte (2017), no Brasil, o jornalismo ambiental se torna independente do jornalismo científico após o Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em novembro de 1989. Dessa forma, o autor define jornalismo ambiental como “uma especialização da atividade jornalística consolidada no Brasil no último quarto do século XX”, que ganhou relevância nacional com a cobertura da Conferência Rio 92.

Para Bueno, pode-se conceituar jornalismo ambiental como:

o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. (BUENO, 2007, p. 35)

A cobertura de eventos ambientais ocorre principalmente em três situações: em “datas e eventos importantes (como o Dia da Terra e a Rio-92), catástrofes (acidentes nucleares, contaminações, eventos extremos, etc.); e acontecimentos

jurídicos/administrativos (julgamentos, audiências públicas, votação de leis, etc.).”, além da recorrente pauta sobre novas pesquisas científicas e relatórios (LOOSE, 2020, p. 67).

No entanto, com o cenário de emergência climática, o JA precisa ir além de pautas voltadas para a temática ambiental e, é necessário que pautas habituais se relacionem com as mudanças climáticas. De acordo com Belmonte (2020, p. 88), o jornalismo ambiental “é mais difícil de ser encontrado no noticiário fragmentado do jornalismo diário”, visto que a profundidade é essencial para sua composição, a cobertura factual raramente consegue executar essa demanda. Dessa forma, Belmonte afirma:

Nem toda a cobertura de temas ambientais realizada no Brasil pode ser considerada especializada (abordagem de um tema em profundidade e qualificada produzida por um jornalista profissional especializado). No entanto, o jornalismo ambiental especializado é praticado em veículos de massa e em empreendimentos jornalísticos de pequeno porte. (BELMONTE, 2020, p. 73)

O jornalismo ambiental especializado deve ter compromisso com questões sociais. Dessa forma, Bueno (2007, p. 36) teoriza que o Jornalismo Ambiental “deve propor-se política, social e culturalmente engajado”. Isto é, ao produzir jornalismo ambiental, é necessário preocupar-se em romper as estruturas do *status quo*, ser crítico, denunciar injustiças ambientais e, principalmente, pautar a diversidade cultural, educando para novas possibilidades e alternativas.

Para Colombo (2010, p. 4), o jornalismo ambiental “envolve questões éticas perante a sociedade tais como: integridade ecológica, justiça social e econômica e democracia, não-violência e paz para obter uma sustentabilidade”. Através de um ponto de vista mais amplo, podemos considerar o Jornalismo Ambiental não apenas como uma editoria, mas como um meio de divulgação científica e ativismo.

Assim, o jornalismo ambiental desenvolve-se além dos espaços que lhe são destinados e da cobertura de temas ambientais. Conforme Belmonte:

Embora existam casos em que o jornalismo ambiental seja considerado apenas como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais, sua ideia extrapola esse entendimento de ser apenas uma cobertura centrada em assuntos de meio ambiente. Obviamente ele trata de temas ambientais, mas a partir de um ponto de vista diferenciado, engajado, envolvido. Diante dos crescentes desafios socioambientais, o jornalista ambiental trabalha comprometido

com a promoção da qualidade de vida planetária. A partir de uma diversidade de fontes, olha além das consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais. (BELMONTE, 2017, p. 118-119)

Em outras palavras, podemos dizer que ao estar comprometido com o bem-estar planetário, o jornalismo ambiental precisa se inserir em diversas editorias, buscando levar educação ambiental para diferentes públicos. Assim, é necessário uma diversidade de pautas capazes de promover a perspectiva de urgência das mudanças climáticas, conscientizando sobre as suas causas, consequências e engajando no enfrentamento à crise ambiental.

No entanto, para Bueno (2007, p. 36), “mídias conservadoras e comunicadores desavisados tendem muitas vezes, a ignorar as raízes do jornalismo ambiental, sua disposição irrecusável para a mobilização e para o despertar de consciências [...]”, renunciando o papel social e tornando-se submisso a “ações mercadológicas ou empresariais e interesses políticos”. Nesse sentido, o autor afirma que o jornalismo ambiental é confundido com o marketing verde e ecopropaganda.

Portanto, a função social do jornalismo é “colocar informação correta e contextualizada à disposição do cidadão” (GIRARDI; SCHWAAB, 2008, p. 16). Por consequência, a prática jornalística deve ter responsabilidade sócio-ambiental, sem exercer a função de marketing verde. Girardi e Schwaab (2008, p. 17) afirmam que o jornalismo deve “denunciar, com provas concretas e investigação metódica, a falácia do discurso de governantes e partidos políticos, que sucumbem à pressão das grandes corporações”.

Ao estudar a cobertura sobre mudanças climáticas realizada por veículos não hegemônicos, a pesquisadora Loose (2021, p. 70) afirma que jornalistas ambientais distanciam-se dos princípios do jornalismo hegemônico, em razão do compromisso com “a sustentabilidade da vida e com o respeito ao outro, à diversidade e à multiplicidade de saberes e seres”. Assim, ao ser definido como uma área especializada contra-hegemônica, o jornalismo ambiental possui a responsabilidade de mobilizar e alertar sobre a crise climática e possíveis soluções. Para a pesquisadora:

É por adotar essa postura engajada, de compromisso com a sustentabilidade da vida,

que argumentamos que o JA não é imparcial ou neutro com questões que envolvem a degradação do lugar onde vivemos, assim como o jornalismo, de maneira geral, não o é (ou não deveria ser) com temas que envolvem corrupção, escravidão e outros assuntos que violem a dignidade humana. (LOOSE, 2021, p. 66)

O jornalismo ambiental é mais do que produzir textos e reportagens, pois o jornalista ambiental deve comprometer-se em ser uma voz ativa na luta pelos direitos humanos e da natureza. Em vista disso, entendemos que ser um jornalista ambiental implica em cobrir temas sensíveis, que tocam sofrimentos da sociedade, como a crise climática e eventos extremos, sendo necessário ir além da redação, envolvendo-se com o assunto e sentindo os impactos do acontecimento de perto.

O jornalismo ambiental está presente em veículos hegemônicos e não hegemônicos, nos quais desempenha diversas funções. Bueno (2007, p. 35) ressalta as três funções básicas do JA, a informativa, a pedagógica e a política:

A função informativa preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo), processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade, etc.) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) tem sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida. A função pedagógica diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais. A função política (aqui entendida em seu sentido mais amplo e não obviamente restrita à sua instância meramente político-partidária) tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental. (BUENO, 2007, p. 35-36)

Para o autor, o JA brasileiro possui alguns erros recorrentes que impedem que estas três funções sejam plenamente executadas. A síndrome do zoom é relacionada ao fechamento do foco da cobertura, “a fragmentação que retira das notícias e reportagens ambientais a sua perspectiva inter e multidisciplinar” (BUENO, 2007, p. 38), a despolitização do debate ambiental é categorizada como “síndrome do muro alto” (BUENO, 2007, p. 38). Por fim, a espetacularização da tragédia ambiental, retratada como síndrome da baleia encalhada, é definida por Bueno (2007, p. 38) como: “uma cobertura estática, paralisante, do meio ambiente, como se fosse possível (e desejável) ver a questão ambiental isolada de sua dinâmica, de suas causas e, portanto, distante dos grandes interesses que a promovem e a sustentam.”

Eventos extremos são abordados de forma isolada, sem investigação da causa. Baumont et al (2008, p. 190), ao analisar a temática do aquecimento global no *Caderno Ambiente* do jornal *Zero Hora*, afirma que não é suficiente noticiar catástrofes ambientais, é necessário contextualizar as informações, indicando “possíveis conexões dos fatos com outros eventos”. Bueno (2007, p. 38) ainda reitera que “o debate e a conscientização ambiental não podem limitar-se a uma foto parada, ainda que colorida e de grande impacto, porque dependem de uma cobertura mais investigativa que busque enxergar além das imagens.”

Nesse sentido, a imprensa possui um papel fundamental em ampliar ou ocultar os efeitos climáticos, por meio da utilização de enquadramentos e construção de discursos (LOOSE, 2021, p. 28). Para cumprir suas principais funções, o jornalismo ambiental precisa deixar de lado a perspectiva “exclusiva ou majoritariamente econômica ou técnico-científica” (DORNELLES, 2008, p. 44), mas buscar ouvir uma pluralidade de vozes, para que se torne um espaço educativo, proporcionando aos indivíduos conhecimento dos fatos e suas intersecções (BAUMONT, 2008, p. 193).

A função de um jornalista ambiental não é apenas informar. Para Belmonte (2004, p. 46), além de informar, é esperado que repórteres, editores e redatores desempenhem uma função educativa, sendo capazes de “forjar cidadãos capazes de superar a crise ecológica que ameaça o futuro de nossas cidades”. Ou seja, a função do jornalista ambiental é traduzir o conhecimento científico para que a população consiga não apenas compreender a crise ecológica, mas também tornar-se parte das soluções e lutar contra aquilo que ameaça o futuro.

Assim, segundo o Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas:

A forma como se dá a cobertura jornalística sobre o tema pode contribuir para o debate público e a discussão de políticas, assim como a própria sensibilização da sociedade sobre a complexidade e dimensão das mudanças do clima. Como arena de mediação social, a frequência, os enfoques, as relações construídas a partir do tema e as demais escolhas que permeiam a prática jornalística podem fazer a diferença. (AMARAL; LOOSE; GIRARDI (org.), 2020, p. 9)

Em vista disso, espera-se que ao cobrir eventos climáticos extremos, os veículos especializados ou não, estejam atentos à necessidade de fornecer em suas notícias e reportagens elementos que permitam aos leitores a compreensão do fato,

suas causas, consequências e interseccionalidades.

A presente pesquisa consiste em estudar a cobertura das mudanças climáticas a partir de eventos extremos. Dessa forma, entendemos que o discurso jornalístico e a produção de sentidos das notícias afeta diretamente a percepção de urgência sobre o tema. Tendo em vista que a linha teórico-científica desse estudo é a Análise Materialista do Discurso, o próximo capítulo visa apresentar ao leitor esta perspectiva discursiva.

3. PERSPECTIVA DISCURSIVA

O presente capítulo pretende apresentar algumas perspectivas discursivas que formam uma base para a presente pesquisa analisar como o jornalismo pauta eventos extremos. Esse capítulo está dividido em três seções: a primeira delas busca compreender o funcionamento e alguns conceitos da análise do discurso; o segundo visa explicar a formação discursiva; e a última relaciona como o discurso é organizado no jornalismo, assim como discutir a importância de estudar textos jornalísticos sob a ótica da análise do discurso.

3.1. Análise materialista do discurso

Neste estudo, trabalhamos sob a ótica da análise do discurso materialista (AD), a qual foi elaborada com base em ideias de filósofos, psicanalistas, linguistas e historiadores, surgindo no cenário francês dos anos 1960, encabeçado por Michel Pêcheux. Esse dispositivo teórico metodológico surge como uma reação a duas grandes tendências na linguagem, o estruturalismo e a gramática gerativa transformacional (GUERRA, 2009, p. 5), assim fornece novas ferramentas para a análise da língua e da sociedade.

Segundo Ferreira (2022, p. 28) a análise do discurso vai se ocupar do “processo de produção dos sentidos, através de procedimentos que desvendem a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários.”. Isto é, conforme essa perspectiva, a AD não enfoca no que é “dito”, mas no “porquê é dito”, “de qual contexto é pronunciado” e também no “não-dito”.

Na AD, compreende-se que a linguagem produz sentidos através de sujeitos atravessados por condições históricas, sociais e ideológicas. Nesse sentido, Orlandi (2007, p. 15) afirma que a análise do discurso busca explicar “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” Então, podemos entender que a AD possui o objetivo de compreender os processos de produção de sentidos em um determinado contexto sócio-histórico.

Para nos aprofundarmos na AD, é preciso compreendermos o conceito de sujeito para essa linha teórica. Ferreira (2005, p. 70) afirma: “o sujeito não está dado, nem tampouco nasce ou se desenvolve, mas é construído. E para explicar o modo pelo qual o sujeito se constrói, é preciso trazê-lo para o campo do qual ele é feito, isto é, o campo da linguagem”. Assim, podemos dizer que o sujeito faz parte de uma construção discursiva.

Michel Pêcheux, um dos precursores da linha teórica, afirma que a análise do discurso constitui-se com a articulação de três áreas do conhecimento científico, sendo elas:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (PÊCHEUX, 1997, p. 163)

A união dessas três áreas do conhecimento possibilitou o surgimento de um novo procedimento analítico, a análise do discurso. Valendo-se dos estudos produzidos individualmente por essas áreas de conhecimento, sua união potencializou o entendimento de um texto para além dele mesmo, permitindo o pensar discursivo.

Essa interseção, também é reconhecida por Orlandi (2007, p. 20) ao afirmar que a afirma que a AD está no entremeio desses três campos de conhecimento, de forma que “irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.”.

Considerando essas três áreas de conhecimento, a AD leva em conta as condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1997, p. 75). Segundo Orlandi (2007, p. 16) ao buscar as singularidades da linguagem o analista de discurso contempla “o homem na sua história, considera os processos e condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que falam e as situações em que se produz o dizer.”. Ou seja, para analisar o discurso é necessário pensar o sujeito em um determinado contexto, que produz os enunciados através da sua realidade material, sendo esta definida por condições

sócio-históricas.

Para Orlandi (2007, p. 16), a AD trabalha com “a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”. Portanto, podemos considerar que é importante o estudo do contexto sócio-histórico e ideológico em que determinado sujeito constitui seu discurso.

Segundo as fundamentações de Pêcheux (1997), a AD pode ser vista como uma forma de investigação para buscar o entendimento do processo discursivo constituído em cada formação discursiva, de forma a compreender as suas camadas de sentidos, considerando os elementos históricos, culturais e sociais.

Para Orlandi (2007, p. 17-18) a AD “considera que a linguagem não é transparente”, produzindo conhecimento sobre o próprio texto, pois considera sua materialidade simbólica própria e significativa. Complementando esse estudo, Brasil (2011, p. 172) entende que sob o olhar da AD, a linguagem deixa de ser concebida apenas como um sistema de regras formais, mas passa a ser “pensada em sua prática”. Portanto, a AD permite refletir sobre a prática da linguagem, sendo possível investigar como as condições de produção influenciam naquilo que é dito e quais são os sentidos ofertados.

Dessa forma, Michel Pêcheux (1995, p. 75-77) afirma que o discurso sempre é produzido a partir de suas condições de produção. Para o autor, o processo de prática da linguagem é fundamental para compreender o discurso, pois é mediante as condições de produção que sujeitos marcados pela história e por relações sociais produzem os sentidos. Para Orlandi (2005, p. 21), o discurso é a palavra em movimento. A autora afirma que o discurso não é caracterizado apenas pela transmissão de informações, se tratando de um processo complexo de constituição de sujeitos, atravessados pela língua, pela ideologia e pela história. Dessa forma, as condições de produção históricas e materiais determinam a produção de certo discurso, mas também estabelecem como as palavras e elementos textuais produzem sentidos.

Gregolin entende discurso como:

um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semio-narrativas. Através da Análise do Discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?). (GREGOLIN, 1995, p. 17)

Em outras palavras, na visão da autora, o discurso é o que fundamenta o texto. Assim, podemos imaginar que o discurso é inerente a um sistema social, definido por questões políticas, econômicas e históricas. O discurso molda e determina o que os textos e afirmações dizem. Ou seja, para Gregolin, com a análise do discurso é possível refletir sobre o contexto sociocultural da sua produção.

O discurso é construído através da historicidade. Segundo Mariani (1996, p. 23-24) o conceito de discurso refere-se “a um dos aspectos materiais da ideologia, ou seja, no discurso se dá o encontro entre língua e ideologia.”. Essa relação permite observar “como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2007, p. 17). Em outras palavras, o que as autoras afirmam é que o discurso só produz o mesmo efeito de sentido entre locutores e interlocutores que compartilham a mesma formação histórica e ideológica.

Mariani (1996) afirma que a AD considera discussões políticas, investigando o funcionamento das práticas discursivas político-ideológicas. Assim, a autora entende a ideologia como “um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, e natural para ele enunciar daquele lugar.” (MARIANI, 1996, p. 23). Dessa forma, sob a ótica da AD, os sujeitos têm as práticas discursivas atravessadas pela ideologia. Ou seja, ela funciona como uma lente, que foca em determinados aspectos da sociedade e dos acontecimentos, permitindo diferentes percepções e produções de sentidos pelos sujeitos. Podemos considerar então que ela pode ser formada diante de uma posição em que o sujeito está inserido na sociedade, que determina formas de pensar e falar.

Para exemplificar essa relação utilizamos uma explicação de Orlandi (2017, p. 21) em que a autora diz que a questão ideológica é o que “relaciona o sujeito às suas condições materiais de existência”. Sendo necessário pontuar que a formação do sujeito, através de um olhar discursivo, é afetada pela psicanálise, linguagem e ideologia. Desta forma, o sujeito é constituído por condições materiais, a ideologia

são os valores políticos compartilhados por uma classe, que determina todos os aspectos da vida social, sendo reproduzida pelo discurso.

Na próxima seção iremos discorrer sobre a formação discursiva e como essa noção irá nos ajudar na compreensão do processo de construção do discurso e prática da linguagem.

3.2. Formação discursiva

Para compreendermos o discurso jornalístico é necessário refletir sobre o que é a formação discursiva na AD. Segundo Pêcheux (1995), a formação discursiva são as práticas discursivas de “uma posição dada numa conjuntura dada”, ou seja, de um determinado contexto social e histórico, que define “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Assim, para o autor, as palavras não produzem sentidos por si, uma vez que, um enunciado pode mudar de sentido em diferentes formações discursivas dos sujeitos.

A formação discursiva é atravessada pela ideologia, a qual é definida pela posição social e de classe do indivíduo e atua na constituição do sujeito do discurso. Assim, Indursky (2005, p. 8) entende o sujeito histórico como “um sujeito dividido entre as diferentes posições de sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta”, por esse motivo, a “forma-sujeito” que organiza a formação discursiva é heterogênea, contendo diferença e ambiguidade.

Segundo Orlandi (2007, p. 42) “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico”. Sendo assim, a autora diz que a formação discursiva ocorre a partir de uma formação ideológica em uma conjuntura sócio-histórica. Dessa forma, compreendemos que a formação discursiva se relaciona com a formação ideológica (Guimarães; Orth, 2022, p. 45), sendo um resultado, também, de suas condições de produção. (Pêcheux, 1995, p. 167).

Ao pensarmos sobre a ideologia na teoria materialista do discurso é necessário pontuar que, para Pêcheux (1995, p. 213) as práticas discursivas estão atreladas ao “complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas.”.

Em outras palavras, as práticas discursivas são resultado das formações discursivas, sendo um processo complexo e contraditório, formado sob uma condição histórica e determinado pela ideologia.

Assim, a análise do discurso reflete sobre “como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2007, p. 16). Pêcheux, ao escrever sob o pseudônimo de Herbert ([1967] 1995, p. 71) aponta a diferença entre a ideologia empírica e a especulativa, sendo “a forma empírica concerne a relação de uma significação e de uma realidade, enquanto a forma especulativa concerne a articulação de significações entre si, sob a forma geral do discurso”. Aqui, entendemos que é importante falar sobre essa distinção, principalmente ao tratar de discurso jornalístico, pois no jornalismo a ideologia nem sempre é empírica, ou seja, observável e percebida pelos sujeitos, normalmente apresenta-se como uma ideologia especulativa, que não aparece de forma explícita no discurso. Ao relacionar o discurso com a ideologia Gregolin afirma:

A "ideologia" é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua. (GREGOLIN, 1995, p. 17)

Dessa forma, podemos considerar a luta de classes como um elemento ativo na formação discursiva, visto que, a ideologia está presente em diferentes classes sociais, marcada pela formação histórica e material e, ao influenciar na linguagem, as formações ideológicas produzem diversas formações discursivas. Portanto, Gregolin (1995) afirma que a produção de sentidos tem sua origem nos processos discursivos, sendo a língua o recurso material para produzi-lo.

Para Brasil (2011, p. 173), “na teoria discursiva, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas.”. Assim, a análise do discurso não é um instrumento para explicar textos de forma simples ou a aplicação de uma teoria, mas considera a opacidade da materialidade, ou seja, que o sentido não é óbvio e que o sujeito do discurso não é sua origem. Desta forma, Orlandi afirma que:

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. (ORLANDI, 2007, p. 26)

Portanto, a AD considera também o interdiscurso. Segundo Orlandi (2007, p. 31-33) o interdiscurso determina o que dizemos através de um conjunto de formulações já feitas e esquecidas, de uma forma que “disponibiliza dizeres que afetam o modo com que o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Em outras palavras, o interdiscurso nos lembra que existe uma relação entre diferentes discursos.

Fontana e Ericson (2022, p. 99) afirmam que o discurso se movimenta entre o “mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia”, sempre permitindo novas interpretações. Segundo Orlandi (2007, p. 38) “a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição”, em contrapartida, “a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos” (ORLANDI, 2007, p. 38). Então, podemos dizer que enquanto a memória faz o processo parafrástico ocorrer, a polissemia rompe esse método de produção de sentidos.

Ao relacionar paráfrase e polissemia, Orlandi (1998, p. 15) ainda afirma que uma não existe sem a outra, sendo uma diferença necessária e construtiva. Assim, para a autora:

Como o sentido é a relação **a**, tomando-se as condições de produção como a situação imediata ou a circunstância da enunciação, teríamos: **a**. as mesmas palavras com o mesmo sentido em relação a diferentes locutores; **b**. as mesmas palavras com o mesmo sentido em relação a diferentes situações; **c**. palavras diferentes com mesmo sentido em relação a diferentes locutores e **d**. palavras diferentes com o mesmo sentido em relação a diferentes situações. O mesmo sentido podendo aí ser substituído por “diferentes” sentidos em **a**, **b**, **c**, **d**, temos a variável polissêmica **a'**, **b'**, **c'**, **d'**, ao esquema de paráfrase que acabamos de colocar. (ORLANDI, 1998, p. 15, grifo nosso)

Desta forma, é a memória e o interdiscurso, que determinam o saber discursivo. Para Orlandi (1998, p. 15) “o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória.”. Diante disso, o discurso não pode ser concebido como uma “estrutura

fechada, homogênea, estável” (FERREIRA, 2005, p. 5), uma vez que elementos linguísticos e extralinguísticos são inseparáveis.

3.3. Discurso jornalístico

Entendemos que o jornalismo é uma prática discursiva. Dessa forma, todo produto midiático é resultado de processos históricos e sociais e assim, mostra-se necessário compreender como os discursos são produzidos, noticiados e como contribuem para a constituição de sentidos e das relações de poder na sociedade.

Portanto, a fim de entender o discurso jornalístico, acreditamos que seja importante estudá-lo considerando a sua complexidade. Por isso, consideramos a afirmação de Gregolin (2007):

Pensando a mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. (GREGOLIN, 2007, p. 13)

A AD mostra-se essencial para identificar os sentidos produzidos pela GZH ao cobrir as consequências do ciclone de setembro de 2023, no vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Portanto, neste trabalho, acreditamos que o jornalismo é um espaço de circulação de discursos e produção de sentidos.

Segundo Mariani (1999) o jornalismo passou por um processo de normatização institucional em que se estabeleceu enquanto instituição informativa, criando o mito da informatividade, que aponta a possibilidade de relatar fatos sem emitir opinião. Ao relacionar essa característica do jornalismo, com as práticas discursivas intrínsecas ao fazer jornalístico, podemos identificar que no conceito de informatividade está presente a ideologia especulativa, desenvolvida por Pêcheux (1995), pensada como a prática discursiva que não é visível aos sujeitos.

Dessa perspectiva, podemos pensar que o jornalismo que se coloca como imparcial e objetivo está sempre ancorado discursivamente em uma ideologia, mesmo que o sujeito que ocupa a função de jornalista não pense sobre a sua posição ideológica ou tente não manifestá-la aos seus leitores. Nesse sentido, Schwaab e Zamin (2014, p. 52) afirmam que a objetividade e a imparcialidade são

“valores historicamente associados ao fazer jornalístico e incorporados no imaginário sobre ele são constitutivos da formação social em que se insere o lugar discursivo atribuído ao Jornalismo/jornalista”.

Para Moraes (2015) os jornalistas contribuem na construção social da realidade através de notícias determinadas por elementos culturais. Assim, a autora afirma que o jornalismo é considerado uma prática discursiva pois desempenha sua função em uma determinada comunidade sob o efeito ideológico da formação discursiva.

Segundo Schwaab e Zamin (2014,) o discurso jornalístico forma-se a partir de escolhas de linguagem, as quais são consequência da relação entre formações imaginárias, ideológicas e discursivas. Dessa forma, o jornalismo é resultado dos lugares sociais e ideológicos ocupados pelo jornalista ou veículo, pela imagem que estes possuem de si e de seus leitores e pelo processo sócio-histórico em que o sujeito do discurso foi constituído.

Em vista disso, podemos afirmar que o jornalista, assujeitado por condições materiais, nem sempre reflete sobre o discurso que produz, pois, como entende Orlandi (2007), o discurso é contínuo, sempre apoiado em outros discursos que o sustentam. Com tal característica, o discurso surge da memória discursiva e por suas condições de produção.

Logo, o jornalismo oferece uma mediação entre seus consumidores e a realidade. Para a pesquisadora Gregolin (2007, p. 16), os textos midiáticos não são a realidade, no entanto, tratam-se de “uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.”. Dessa forma, para a autora, a mídia é o principal dispositivo discursivo da sociedade contemporânea, visto que atua na construção da “história do presente”. Neste sentido, Gregolin afirma:

Esse efeito de “história ao vivo” é produzido pela instantaneidade da mídia, que interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da resignificação de imagens e palavras enraizadas no passado. Rememoração e esquecimento fazem derivar do passado a interpretação contemporânea, pois determinadas figuras estão constantemente sendo recolocadas em circulação e permitem os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Os efeitos identitários nascem dessa movimentação dos sentidos. (GREGOLIN, 2007, p. 16)

Deste modo, é possível refletir sobre a função do jornalismo ao atuar na memória coletiva, a qual contribui para a constituição do sujeito discursivo. Para os pesquisadores Schwaab e Zamin (2014) a memória discursiva faz com que todo discurso carregue em si outros discursos. Conforme os autores, a memória discursiva assegura a formação dos sentidos, assim:

Ao descrever acontecimentos, os textos jornalísticos empreendem movimentos de resgate da memória. Nesse processo, produzem efeitos de sentido ao fazer circular narrativas sobre o presente, permeadas por signos historicamente constituídos. São dizeres oriundos de uma montagem orientada por memória e esquecimento. (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 55)

Ao pensar o jornalismo como reproduzidor de signos historicamente constituídos, precisamos entender o jornalista e seu público enquanto sujeitos do discurso, os quais se apropriam de dizeres do interdiscurso para construir seu discurso e, os fazem a partir de uma formação discursiva, ideológica e imaginária dada. Sendo assim, é possível perceber que as notícias passam pela interpretação do público e são “produto cultural, fruto desse trabalho do simbólico, do imaginário e que, enquanto discurso, produz efeitos de sentido sobre o real” (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 59).

Nesse sentido, para Schwaab (2011, p. 123), ao interpretarmos o discurso jornalístico, é necessário “adentrar na trama discursiva e trabalhar a relação indissociável entre texto e contexto, explorando o espaço de seleção e de construção de um acervo de conhecimentos [...]”. Indo ao encontro a essa afirmação, Gregolin (2007) diz que, para um discurso produzir sentidos é necessário articular uma série de outros discursos pois, sem a relação com valores sociais, o jornalismo não constrói narrativas. Dessa forma, para compreendermos os sentidos produzidos por um texto jornalístico, precisamos analisar a sociedade e a realidade que o influencia.

Segundo Moraes (2015), ao estudarmos o jornalismo como prática discursiva, precisamos olhar para o nosso objeto de análise como um resultado da forma de construção da notícia. Assim, para a autora, o discurso jornalístico está diretamente ligado à escolha de um enquadramento. Em síntese, as angulações escolhidas,

como fontes, a ordem de informação no texto e outras escolhas no momento de produzir um texto jornalístico, determinam os seus sentidos.

Assim, a noção de enquadramento torna-se fundamental para estudarmos o discurso jornalístico. O enquadramento é definido pela noção de “quadros”, ou seja, para essa hipótese, os jornalistas utilizam ângulos para mostrar o acontecimento, apresentando apenas os fragmentos que enriquecem a narrativa escolhida. Desta forma, ao escrever uma notícia, o jornalista cria representações da realidade conforme seu ponto de vista.

Os estudos do enquadramento jornalístico salientam a ação dos jornalistas para organizar a realidade política de forma compreensível para si próprios e para o público. No esforço de demonstrar isso, os analistas tendem a concentrar a atenção na perspectiva dos jornalistas e suas operações semânticas para enquadrar a complexidade do mundo. Embora não ignorem o caráter cultural dos frames, os analistas dão ênfase aos processos de produção da notícia, subestimando o compartilhamento cultural que inspirou originalmente as teorias do enquadramento. (MOTTA, 2007, p. 5).

Ou seja, ao analisar o enquadramento, nos ocupamos em decifrar o processo de produção da notícia. Dessa forma, ao realizar uma análise do enquadramento discursivo, consideramos também os processos sociais que envolvem o fazer jornalístico.

Para Moraes (2015, p. 101), o enquadramento discursivo é o “processo no qual as interpretações, construídas simbolicamente pelo campo jornalístico, organizam discursivamente o conhecimento sobre o acontecimento, com marcas de seleção, ângulo e ênfase”. Segundo o entendimento da autora, o enquadramento discursivo busca estudar o discurso jornalístico através do processo de produção da notícia.

Pensando no jornalismo enquanto resultado das condições de pré-produção e produção, acreditamos que o enquadramento discursivo possibilita a compreensão desses elementos. Deste modo, através da perspectiva do enquadramento discursivo, é viável compreender os sentidos produzidos no jornalismo.

Portanto, ao pensarmos no enquadramento discursivo do jornalismo ambiental e na cobertura de eventos extremos, devemos considerar o cenário de disputas que cercam temas relacionados com sustentabilidade e mudanças climáticas. Para Schwaab (2009, p. 123), “na construção do discurso jornalístico

sobre a sustentabilidade, concorrem vários campos - o ambiental, o científico, o empresarial, o político - cujos dizeres são atualizados/legitimados pelo trabalho jornalístico”. Dessa forma, ao estudarmos o enquadramento discursivo em pautas da emergência climática, também estamos analisando como a sociedade se relaciona à crise ambiental.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder ao objetivo geral da pesquisa “analisar o enquadramento discursivo das causas e consequências das mudanças climáticas na cobertura do GZH sobre o ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul em setembro de 2023”, a pesquisa se organiza em torno da perspectiva teórica-metodológica da AD materialista postulada por Pêcheux (1997) como um olhar analítico através de um dispositivo científico, e, Orlandi (2007).

Em contraposição à análise de conteúdo, que vê o sentido no próprio texto, a AD busca refletir sobre o interior dos dizeres, os quais apresentam sentidos marcados por condições de produção, históricas e ideológicas. Assim, para Pêcheux (1995, p. 160), para analisar o sentido de um discurso seria necessário compreender sua formação discursiva, sendo essa: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Ou seja, a análise ultrapassa o texto, mas busca entender como ele se forma em uma determinada sociedade atravessada por processos históricos e ideológicos.

Dessa forma, para Orlandi (2007, p. 59) o analista deve ouvir além das evidências, e “compreender acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente”. Assim, a autora afirma que para construir o dispositivo analítico é necessário ultrapassar a “transparência da linguagem”. Em outras palavras, é papel do analista do discurso levar sua análise para além daquilo que foi dito, pois deve construir seu dispositivo através da interpretação de contextos particulares.

Como escolha do dispositivo de análise, o enquadramento discursivo parece adequado porque ao cobrir o ciclone extratropical e suas consequências, o GZH produziu enunciados determinados por condições de produção e formação discursiva. Dessa forma, o enquadramento possibilita entender o viés abordado pelo jornal, bem como, identificar os sentidos produzidos.

Moraes (2015, p. 98) considera o enquadramento como um “tom do discurso”. Desta forma, o presente trabalho irá observar a seleção, angulação e o ênfase das reportagens como forma de entender o enquadramento discursivo, pois para a

autora estes elementos são indissociáveis para entender os sentidos. De acordo com Moraes (2015), a seleção ocorre através do entendimento do que é notícia, definido pelos critérios de noticiabilidade. Assim, este trabalho iniciará a análise através da compreensão da razão para o tema da notícia se tornar uma pauta jornalística, isso será classificado pelos critérios de noticiabilidade, sendo eles:

Tabela 1- Critérios de noticiabilidade

Critério	Descrição
Morte	A morte é um valor-notícia fundamental
Notoriedade	Esse valor-notícia está atrelado a pessoas famosas e ricas
Proximidade	Proximidade geográfica ou culturais são elementos importantes para um acontecimento se tornar notícia.
Relevância	Possui alto impacto na vida das pessoas.
Novidade	Fatos ou acontecimentos que antes eram desconhecidos.
Tempo	Atualidades ou efemeridades.
Notabilidade	O que é visível.
Inesperado	Acontecimento que interrompe ou surpreende.
Conflito ou controvérsia	Violência física ou simbólica.
Infração	Violação das regras/ leis.
Escândalo	Jornalista como cão de guarda.

Fonte: Elaboração própria a partir de TRAQUINA (2005)

A identificação da angulação será o segundo passo dessa análise. Entender a perspectiva de uma notícia, os fatos que foram reforçados e aqueles que foram atenuados, faz com que seja possível identificar qual foi o enquadramento utilizado. Dessa forma, para identificar a angulação, o caminho escolhido foi recortar sequências discursivas das notícias, para que por meio delas se torne possível

observar as marcas discursivas e alcançar a produção de sentidos, chegando assim, em uma reflexão sobre os efeitos de sentido produzidos pelas notícias.

Segundo Sordi (2012, p. 63), identificar a ênfase dada para um texto permite extrair dele os sentidos silenciados, visto que, “os mesmos contribuem para a afirmação (ou não) de determinada(s) ideologia(s) presente(s) no conjunto de textos.”. Por isso, a terceira etapa deste trabalho será indicar a ênfase das notícias analisadas.

Outro aspecto que analisamos são as fontes. Consideramos este um importante ponto ao analisar o discurso jornalístico, pois para Benetti (2008)⁷ o locutor é o sujeito que pode ser identificado como o responsável imediato do enunciado no jornalismo, para formar um texto polifônico, temos como locutores o jornalista e as fontes. No entanto, no caso de todos abordarem a mesma perspectiva e com os mesmos interesses, temos um único enunciador. Sendo assim, ao falarmos de eventos extremos, é necessário saber quais são as vozes ouvidas pelo jornalismo gaúcho e quais são silenciadas.

Diante disso, para identificar quem é ouvido pela GZH, utilizaremos a classificação sobre o grupo de fontes, tendo como referência o texto “Classificação das fontes de notícias”, escrito por Aldo Antonio Schmitz (2011).

Tabela 2- Classificação das fontes

Grupo da fonte	Descrição
Oficial	As fontes oficiais são pessoas que ocupam uma função ou cargo público, como os poderes executivo, legislativo e judiciário, ou, organizações agregadas, como juntas comerciais, cartórios de ofício e companhias públicas.
Empresarial	Representante de uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio.

⁷ O trabalho de Benetti (2008) se ancora na leitura de outras linhas teóricas diferentes da AD materialista, mas, neste tópico relacionado às fontes, se torna explicativo do movimento da prática jornalística na busca (ou não) de indicar diferentes abordagens na cobertura dos fatos.

Institucional	A fonte institucional representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social.
Individual	A fonte individual é uma pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, e fala representando a si mesma.
Testemunhal	A fonte testemunhal é aquela que participou ou observou, atua representando o que viu ou ouviu.
Especializada	São especialistas, peritos ou intelectuais.
Referência	A fonte de referência é a bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta.

Fonte: Elaboração própria a partir de SCHMITZ (2011)

Para classificar o enquadramento, utilizaremos as definições feitas por Semetko e Valkenburg (2000), que dizem que ao abordar eventos extremos, os enquadramentos mais utilizados são: a) enquadramento de interesse humano, com destaque ao lado emocional e com dramatização do acontecimento; b) Enquadramento das consequências econômicas, focando na perda econômica e material; c) Enquadramento sobre a responsabilidade, em reportagens que focam na responsabilização do governo.

Iremos refletir sobre o enquadramento discursivo, buscando compreender quais as marcas discursivas são encontradas dentro dos *frames* utilizados pelo jornalismo para narrar esse evento extremo. Para examinar o discurso jornalístico em relação a formação discursiva, nossa observação levará em conta os principais discursos opostos em relação ao tema. Assim, entendemos o paradigma⁸ economicista e o paradigma da Ecologia profunda como FDs.

A percepção de mundo diante do paradigma economicista, também chamado de paradigma moderno, está ligada à exploração da natureza para obter lucro, esse

⁸ Segundo Moraes e Fante (2018), paradigma é uma visão de mundo coletiva ou padrão. Sendo a forma que as pessoas pensam e constroem conhecimento.

paradigma possui uma visão tecnocêntrica, em que as tecnologias de alto padrão são utilizadas para o progresso. Em oposição, a ideia de preservação é o que rege o paradigma da ecologia profunda, ou paradigma ecológico, nessa visão de mundo é necessário buscar a sustentabilidade e a harmonia com a natureza (JUSTEN; NETO, 2012; MORAES; FANTE, 2018).

Para explicar detalhadamente o paradigma economicista e o paradigma da ecologia profunda, o quadro 3 faz uma comparação entre as suas principais diferenças e características.

Tabela 3- Paradigmas

Paradigma economicista	Paradigma da ecologia profunda
Domínio sobre a natureza	Harmonia com a natureza
Meio ambiente como recurso	Natureza constituída por seres vivos com direitos à existência independente de seu valor de uso
Objetivos materiais/crescimento econômico	Objetivos não materiais/sustentabilidade ecológica
Recursos naturais ilimitados	Recursos finitos
Soluções baseadas exclusivamente na tecnologia avançada	Soluções adaptadas a cada situação e ecossistema
Consumismo	Necessidade básica/reciclagem
Centralização/grande escala	Descentralização/pequena escala
Autoritarismo/estruturas repressivas	Estruturas democráticas/participação social

Fonte: Justen e Neto (p. 743, 2012)

Iremos analisar a cobertura feita pelo GZH, autodenominado como o jornal digital do Grupo RBS. O site do GZH possui 9,7 milhões de acessos mensais⁹ e possui uma perspectiva voltada para o interesse da população do Rio Grande do Sul, sendo um dos jornais digitais mais lidos pelos gaúchos. Assim, nossa escolha se justifica pelo número alcance e por ser um veículo de abrangência estadual.

⁹ Disponível em: <https://www.gruporbs.com.br/nossas-marcas/2/gzh>. Acesso em: 04 nov. 2023

Nosso recorte é de um período de 6 meses, iniciando no dia 4 de setembro de 2023, data em que o ciclone extratropical atingiu o Rio Grande do Sul, até 4 de março de 2024, a escolha por esse intervalo de tempo é para observar se o acontecimento foi lembrado pelo jornalismo e se houve mudança no enquadramento discursivo. Durante esse período, a presente pesquisa monitorou quando o tema mudança climática foi relacionado com eventos extremos. A busca pelas notícias foi feita através da ferramenta de busca avançada do Google, em que os termos “mudanças climáticas”, “eventos extremos” e “ciclone extratropical” foram relacionados juntamente com o direcionamento para o site da GZH.

Com a busca de notícias que relacionam os termos supracitados foi possível encontrar 3 notícias em setembro, mês em que o Rio Grande do Sul foi atingido pelo ciclone extratropical, nos 5 meses seguintes não encontramos notícias produzidas pelo GZH em que esses temas foram inter-relacionados. Assim, ao não encontrar um resultado do trabalho jornalístico produzido nos meses seguintes ao acontecimento com a busca dos termos “mudanças climáticas”, “eventos extremos” e “ciclone extratropical”, escolhemos estudar apenas as três notícias publicadas em setembro.

Visando uma análise do discurso detalhada, a pesquisa será qualitativa. Iremos explorar por meio da análise do enquadramento discursivo o movimento discursivo feito por um jornal vinculado a um grande grupo de comunicação, ao produzir notícias sobre um evento climático extremo.

5. PAUTAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CICLONE EXTRATROPICAL NO GZH

Neste capítulo, as notícias “Combinação de diferentes fatores causou cheia no Vale do Taquari, dizem especialistas”¹⁰, “Zoneamento de risco, sistemas de alerta: as lições que a tragédia das chuvas deixa para o RS”¹¹ e “Pesquisadores da UFRGS¹² afirmam que potencial de desastre no Vale do Taquari poderia ter sido previsto “com várias horas de antecedência””¹³, serão submetidas ao procedimento da análise do enquadramento discursivo com o apoio dos estudos de Moraes (2015).

Novamente, torna-se importante ressaltar que essas três notícias foram as únicas encontradas que relacionam o ciclone extratropical do Vale do Taquari em 2023 com mudanças climáticas e eventos extremos. Portanto, esse recorte não é capaz de representar todas as publicações do jornal sobre a enchente, mas aponta para uma reflexão sobre notícias que associam o fenômeno às mudanças climáticas.

Neste ponto, é necessário considerar o período histórico da cobertura que estamos analisando. As três notícias foram publicadas no mesmo mês do desastre, momento em que a narrativa jornalística ainda está organizando o acontecimento e geralmente as pautas são reativas, ou seja, relatam o evento de forma imediata, reagindo rapidamente às novas informações. Para Amaral (2015), a cobertura de grandes catástrofes é iniciada com uma detalhada investigação e explicação do ocorrido, contudo depois dessa fase inicial e das “primeiras reconstituições, contabilizadas as vítimas e relatado o entorno emocional”, o jornalismo possui o papel de “estabilizar os sentidos” (AMARAL, 2015, p. 43-44).

¹⁰ Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2023/09/combinacao-de-diferentes-fatores-causou-cheia-no-vale-do-taquari-dizem-especialistas-clmb9zadf0050011sl0l134gk.html#:~:text=Al%C3%A9m%20da%20chuva%2C%20um%20conjunto.Mu%C3%A7um%2C%20Roca%20Sales%20e%20Lajeado.>

Acesso em: 4 abr. 2024.

¹¹ Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/09/zoneamento-de-risco-sistemas-de-alerta-as-liceos-que-a-tragedia-das-chuvas-deixa-para-o-rs-clme0saw1005i0154diq9n7gg.html>. Acesso em: 4 abr.

2024.

¹² UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹³ Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2023/09/pesquisadores-da-ufrgs-afirmam-que-potencial-de-desastre-no-vale-do-taquari-poderia-ter-sido-previsto-com-varias-horas-de-antecedencia-clmgiep3h000a013ngmr7wjuh.html#:~:text=O%20Instituto%20de%20Pesquisas%20Hid%C3%A1ulicas.do%20Taquari%2C%20como%20ocorreu%20na.> Acesso em: 4 abr. 2024.

5.1. As causas do acontecimento

A notícia “Combinação de diferentes fatores causou cheia no Vale do Taquari, dizem especialistas” foi publicada no dia 8 de setembro de 2024, sendo a publicação mais próxima do início da cheia no Vale do Taquari que relaciona o termo “ciclone extratropical” com “mudanças climáticas” e “eventos extremos”. O principal critério de noticiabilidade foi a relevância e, segundo a Defesa Civil, afetou mais de 402.297 pessoas¹⁴, aspecto que se relaciona com os critérios de novidade e inesperado. Esse foi um evento atípico na região e que se originou de uma soma de fenômenos, portanto, a notícia apresenta explicações sobre esse evento inesperado, assim as informações contidas nela rompem com o previsto, ao pautar um evento extremo.

O fator de proximidade foi fundamental para o GZH se aprofundar na cobertura da cheia do Vale do Taquari e, por ser um jornal gaúcho, seu público alvo possui interesse nos acontecimentos regionais. O valor-notícia notabilidade também foi motivo para a produção dessa notícia, junto com o critério de noticiabilidade morte, o acontecimento se tornou de interesse público devido ao alto número de óbitos.

Buscando compreender a angulação dessa notícia iremos analisar alguns trechos, recortados a partir de uma leitura minuciosa da notícia. Para a análise do discurso, esses trechos são denominados de sequências discursivas (SD), portanto, as SD destacadas a seguir representam as marcas discursivas que reforçam certos sentidos. Na sequência iremos discutir como os textos foram constituídos, explorando também os sentidos que cada sequência pode produzir.

(SD1) Além da chuva, um conjunto de fatores ocasionou a cheia no Vale do Taquari e o transbordamento do rio de mesmo nome no começo desta semana. (GZH, set, 2023)

Essa sequência discursiva reconhece que para a cheia no Vale do Taquari ocorrer foram necessários diversos fatores, assim, o sentido reproduzido na SD1 é

¹⁴ Disponível em:

<https://www.estado.rs.gov.br/apos-identificacao-de-corpo-chega-a-52-o-numero-de-mortos-nas-enches-do-vale-do-taquari>. Acesso em 18 abr.

de gravidade. Ao utilizar a locução adverbial de adição “além da” o enunciado diz que as causas da cheia ultrapassaram a chuva, gerando um sentido de amplitude ao acontecimento.

(SD2) [...] afirma que a situação passa pelas mudanças climáticas e pelo aquecimento global, mas vai além desses fatores. (GZH, set, 2023)

Na SD2 as mudanças climáticas e o aquecimento global são reconhecidos como existentes, fazendo parte dos agravantes do evento, porém, ao utilizar o termo “mas” para dizer que as causas vão além desses fatores é gerado um sentido de contraste ou contraposição, podendo descaracterizar a urgência subentendida ao falar de mudanças climáticas. Se para formar essa frase fosse empregado “e outros fatores também contribuíram para...” o sentido ofertado seria de adição, fortalecendo o sentido de gravidade e emergência climática.

(SD3) [...] o inverno deste ano ilustra com precisão a anomalia climática, já que teve a presença de vários dias com temperaturas beirando os 25 ou 30 graus, o que não é natural para o período. Fluxos de ar polar se encontram com o ar mais aquecido, e é esse choque que causa os efeitos extremos. Mas ainda há outros elementos. (GZH, set, 2023)

A sequência enfatiza e demonstra conhecimento de que o clima está mudando, produz um sentido de preocupação e urgência ao afirmar que essas temperaturas não são naturais para o período. Nessa sequência discursiva podemos identificar a explicação do fenômeno, que para Bueno (2007) é considerada a função pedagógica do jornalismo ambiental.

Ao utilizar a expressão “anomalia climática”, a SD3 reconhece os saberes científicos, reproduzindo o discurso científico. No entanto, no último período aponta novamente que existem outros elementos responsáveis pelo evento, desse modo, para sujeitos inseridos em algumas ideologias que negam as mudanças climáticas, falar: “mas ainda há outros elementos” pode gerar um sentido de que o aquecimento global não formaria um evento dessa magnitude.

(SD4) O diretor do Instituto do Meio Ambiente da PUCRS, Nelson Fontoura, acredita que não se pode afirmar que um evento extremo em específico está relacionado ao **aquecimento global**. - O que a gente pode dizer é que o aumento de eventos extremos está relacionado ao aquecimento global. (GZH, set, 2023)

Na formação dessa sequência discursiva está presente a incerteza científica, que é inerente à prática de qualquer ciência e, nas pesquisas sobre mudanças climáticas isso não é diferente. Segundo o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2013), que discute os principais estudos consensuais relacionados a mudança de clima para o Brasil, “As incertezas científicas nas projeções das mudanças do clima são inerentes ao sistema climático, resultado, em primeira instância, das interações não-lineares e complexas intrínsecas próprias aos fenômenos naturais” (PBMC, 2013). Assim, na SD4 podemos ver a concepção de um sujeito determinado pela ética científica que apenas alguns dias depois do acontecimento não poderia afirmar a causa com precisão, portanto é possível identificar a dificuldade do jornalismo em noticiar a incerteza científica, pois busca uma resposta com causa e consequência direta.

Conseqüentemente, ao afirmar que não é comprovada a relação do acontecimento com o aquecimento global para um público leigo, a SD4 pode produzir um sentido de negação da gravidade do aquecimento global. A sequência ainda declara que a recorrência de eventos extremos possui ligação com as mudanças climáticas, mas ao afirmar essa relação utiliza “o que a gente pode dizer”, gera um sentido de informalidade, sugerindo que é uma opinião pessoal.

Depois de analisar o discurso reverberado por quatro sequências discursivas dessa notícia, podemos identificar que a angulação está focada nas causas, abordando os diferentes fenômenos que geraram a enchente no Vale do Taquari. Ao apontar a intersecção entre diversos fatores que formaram a gravidade do fenômeno, a notícia produz uma angulação direcionada ao acontecimento não ser resultado apenas das mudanças climáticas.

A notícia cita a relação entre o evento extremo em questão com o aquecimento global, mudanças climáticas e o aumento da temperatura da Amazônia, no entanto, o discurso deixa de reproduzir o sentido de gravidade das mudanças climáticas. Apesar da explicação científica feita pelas fontes, a notícia destaca uma informação que sustenta que esse acontecimento vai além das mudanças climáticas.

Ao utilizar esse ângulo, a notícia deixa de falar que a falta de planejamento governamental também pode ter sido um dos agravantes, além de não

responsabilizar a ação humana industrial pelas mudanças climáticas, mesmo que esses temas estejam com hiperlinks que levam para outras notícias do jornal que também citam esses temas.

Depois de reflexões sobre a angulação empregadas ao texto, a terceira etapa é analisar a ênfase dessa notícia. Aqui, podemos dizer que a ênfase é a explicação de que as mudanças climáticas e o aquecimento global não foram os únicos fenômenos que causaram a enchente. Assim, podemos pensar que essa notícia é capaz de produzir diferentes sentidos em relação às mudanças climáticas, tais como: a importância de entender como as mudanças climáticas se relacionam com outros fenômenos, podendo intensificá-los, além de apontar que as mudanças climáticas não são tão sérias.

Para pensar os sentidos produzidos pela ênfase, entendemos que essa notícia só se torna um discurso com a interpretação do sujeito. Assim, consideramos a afirmação de Indursky (2005, p. 10) ao dizer que: “é do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais FD”. Deste modo, para Indursky(2005) o conceito de formação discursiva está entrelaçada na de sujeito, dessa forma a interpretação do discurso é determinada pela posição-sujeito, que em diferentes condições materiais e ideológicas vai produzir diferentes sentidos.

Portanto, a angulação aplicada à notícia vai produzir sentidos diferentes para leitores inseridos em formações discursivas distintas. Com isso, podemos refletir que existem inúmeras interpretações possíveis para o texto e para ênfase em que o evento teve sua origem além das mudanças climáticas.

Partimos para o quarto passo da análise, a escolha de fontes que foram ouvidas nesse recorte. Nessa notícia temos três fontes e todas elas são especialistas, professores universitários que pesquisam o tema. Ao escolher apenas cientistas para falar sobre o que motivou o acontecimento, o GZH coloca o evento extremo como um assunto apenas científico, deixando de consultar a população impactada sobre a realidade local.

Com relação à escolha de fonte podemos refletir sobre os sentidos ofertados na notícia. Escolher especialistas para explicar um tema complexo e multifatorial é uma escolha comum no jornalismo, principalmente neste caso, já que os

pesquisadores ouvidos estudavam a bacia hidrográfica do Taquari-Antas. No entanto, podemos questionar o porquê que outras fontes, como a testemunhal e individual, não foram ouvidas, visto que poderiam adicionar outras perspectivas discursivas.

Em razão disso, concordamos com Amaral (2015, p. 50), ao dizer que para noticiar eventos extremos “as fontes testemunhais têm papel fundamental. A elas cabe, sobretudo, comunicar a experiência de ter visto ou vivido uma situação extrema, ou seja, descrever.”. Nessa notícia, a escolha discursiva do GZH foi não reconstruir o acontecimento ou narrar o que aconteceu nos municípios atingidos pela enchente através da experimentação, mas explicar as causas da tragédia pelo olhar científico.

Tabela 4- Análise do enquadramento da notícia 1

Critérios de noticiabilidade	Relevância, novidade, inesperado, notabilidade, proximidade e morte.
Ângulo	A angulação da notícia está direcionada para as causas do acontecimento.
Principais sentidos	Preocupação, urgência, amplitude do acontecimento e incerteza científica.
Ênfase	Explicação de que as mudanças climáticas e o aquecimento global não foram os únicos fenômenos que causaram a enchente.
Fontes	Todas as fontes são especialistas.

Fonte: elaboração própria

Com tais características, podemos pensar que o enquadramento da notícia “Combinação de diferentes fatores causou cheia no Vale do Taquari, dizem especialistas” é o interesse humano, visto que aborda as causas da enchente e busca explicar detalhadamente os elementos que proporcionaram o alto impacto, mas sem uma dramatização do acontecimento como definido por Semetko e Valkenburg (2000) para essa classificação de enquadramento ao noticiar eventos extremos.

Assim, ao indicar um possível enquadramento discursivo dessa notícia, é possível pensar no enquadramento humano com um discurso científico. A notícia

surge da inevitabilidade de explicar o acontecimento, sendo enquadrada discursivamente sobre as causas do evento extremo. Em seus processos discursivos, alterna entre os sentidos de gravidade e amplitude do acontecimento com a noção de incerteza científica sobre as mudanças climáticas.

Ao utilizar o discurso científico, a notícia emprega em sua narrativa a objetividade, que rege métodos científicos, mas que não pode ser aplicado ao jornalismo, que para Gregolin (2007), é um dispositivo discursivo, ou seja, não é neutro, mas é resultado da posição do sujeito em uma ideologia, que não é isento. Ao mesmo tempo que, esse discurso contextualiza as causas da tragédia, evitando a síndrome de baleia enalhada, definida por Bueno (2007).

Porém, ao explicar as causas da tragédia, a notícia incorpora elementos culturais do tecnicismo, que para Valencio (2014) seria a aplicação de uma “ciência dura”, a qual utiliza metodologias científicas, mas esconde questões sócio-políticas, e que materializa uma visão reducionista de desastres ambientais. Ao pautar eventos extremos, entendemos que é necessário evidenciar a sua relação com as mudanças climáticas. No entanto, ao reafirmar diversas vezes que existem outros fenômenos responsáveis pela catástrofe, a notícia reduz seu potencial de alertar para o colapso ambiental, dando margem para uma produção de sentidos que nega a sua gravidade.

Portanto, ao refletir sobre qual percepção de mundo rege a FD dessa notícia, podemos dizer que ela transita entre o paradigma economicista e o da ecologia profunda. Quando a notícia narra sobre como o desastre climático afetou a população, ela reconhece que os fenômenos estão interligados, ideia que advém da perspectiva da ecologia profunda. Ao mesmo tempo que se apoia no paradigma economicista ao citar que uma possível solução seria focada no barramento, e não em uma estratégia de sustentabilidade e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas a longo prazo.

5.2. As soluções

A segunda notícia que compõe o corpus deste trabalho foi publicada no dia 10 de setembro de 2023 com o título “Zoneamento de risco, sistemas de alerta: as

lições que a tragédia das chuvas deixa para o RS”. Entendemos que essa que o principal valor-notícia é a relevância, visto que a cheia do vale do Taquari gerou grande impacto na vida da população, assim a prevenção de eventos extremos se tornou uma pauta de grande importância.

Ao fazer essa análise concordamos com Goffman (2012, p. 31) que afirma que “interesses diferentes produzirão relevâncias motivacionais diferentes”, assim, podemos dizer que o entendimento da importância de falar sobre prevenção de eventos extremos também é definida pelo critério de proximidade e tempo, considerando que o evento ocorreu no Rio Grande do Sul, Estado no qual o GZH atua.

A segunda etapa de estudo dessa notícia é a reflexão sobre os sentidos produzidos pelas sequências discursivas. Para tanto, foram feitos 6 recortes para análise.

(SD5) As inundações que deixaram dezenas de mortos nos últimos meses no Rio Grande do Sul podem servir, ao menos, para reduzir o impacto de outros fenômenos naturais sobre a população gaúcha. (GZH, set, 2023)

A SD5 é parte do primeiro parágrafo da notícia, no jornalismo esse trecho é comumente chamado de lide, em que normalmente são citadas as informações mais importantes, como: o quê aconteceu, como, com quem e quando. Nessa notícia, entendemos que o lide produz um sentido de “utilidade” para esse evento extremo, trazendo a ideia de que os mortos foram um sacrifício pelo bem comum. Aqui é possível ver que a formação discursiva dessa sequência está em uma ideologia utilitarista, que valoriza aquilo que é útil, e quando não é, tenta tirar uma “lição”.

Ao mencionar que “para reduzir o impacto de outros fenômenos naturais[...]”, pode reforçar a ideia de que o evento foi mais um “fenômeno natural”, produzindo um sentido de que a ocorrência de eventos extremos é natural. Dessa forma, a expressão pode produzir um sentido de apagamento da interferência e da responsabilidade humana nesses acontecimentos.

(SD6) A principal delas é que os sistemas de prevenção — lembrados a cada tragédia, mas esquecidos tão logo as nuvens se dissipam — ganham ainda mais importância em um cenário de mudanças climáticas que favorecem a repetição de eventos extremos. (GZH, set, 2023)

A SD6 aborda as falhas em políticas públicas para a prevenção de tragédias. Ao afirmar que os sistemas de prevenção são “lembrados a cada tragédia, mas esquecidos tão logo as nuvens se dissipam” é produzido um sentido de responsabilização sobre a rapidez em que a necessidade de prevenção é esquecida, assim enfatiza a necessidade de ter sistemas preventivos mais eficazes e permanentes. Além disso, ao afirmar que os sistemas de prevenção se tornaram ainda mais necessários no cenário de mudanças climáticas, é criado um sentido de urgência sobre o tema, indicando um discurso ambientalista.

(SD7) Uma das conclusões é de que, até agora, o país como um todo não tem uma estrutura bem organizada para fazer mapeamentos de riscos e implementar ações preventivas.(GZH, set, 2023)

A SD7 inicia com “uma das conclusões”, destacando a falta de estrutura para fazer mapeamento de risco e ações preventivas, entre várias conclusões possíveis, salienta-se a falha do Estado, gerando um sentido de cobrança e questionamento sobre ações preventivas.

(SD8) O problema é que, quando ocorre o desastre, as autoridades prometem milhões, bilhões de reais, mas depois executam só uma parte disso. (GZH, set, 2023)

A oitava sequência discursiva dessa notícia discorre sobre a falta de ações governamentais contínuas na prevenção de eventos extremos. O discurso reproduzido na SD8 é uma paráfrase, que para Orlandi (2007) é a repetição de discurso, sendo tudo aquilo que se mantém na memória discursiva, nesse caso, o discurso está carregado com a reiteração uma afirmação que circula no senso comum, replicando que as autoridades políticas não são capazes de resolver problemas com agilidade. Dessa forma, a SD8 reproduz um sentido de descrédito ao poder público.

(SD9) Alguns municípios têm maior dificuldade de identificar riscos, mas a grande questão é que uma cidade é um lugar de disputas, então costuma haver conflito entre a busca por um ambiente mais sustentável e a especulação imobiliária. Um crescimento desordenado acaba levando à ocupação de áreas impróprias.(GZH, set, 2023)

Essa sequência discursiva apresenta os conflitos sociais urbanos como parte

do problema da ocupação de áreas impróprias, as quais se tornam de risco em eventos extremos. Assim, podemos entender que os sentidos produzidos pela SD9 são de críticas às estruturas sociais. Ademais, um dos sentidos que poderiam ser produzidos é sobre a vulnerabilidade social, no entanto, a notícia não fala explicitamente sobre algumas regiões serem mais carentes de sistemas de prevenção.

(SD10) Diante de um cenário de mudanças climáticas em que se acredita que a repetição de eventos extremos será mais frequente, é preciso mapear quem vive em áreas mais sujeitas a inundações e promover o reassentamento dessas famílias. (GZH, set, 2023)

Na SD10, entendemos que há sentidos na ordem da necessidade de prevenção. Ao citar um cenário de mudanças climáticas e maior frequência de eventos extremos pode-se entender que é produzido um sentido de urgência em relação à crise climática. Por outro lado, ao abordar a necessidade de mapear e reassentar famílias que vivem em áreas de risco, o sentido produzido é de cobrança aos órgãos responsáveis.

Com base nas sequências discursivas, podemos identificar que a angulação da notícia aponta para a necessidade de ações para evitar grandes impactos causados por eventos extremos. É possível observar que essa angulação está focada nos ensinamentos que o evento gerou, bem como aponta para uma reflexão sobre a atuação do poder público.

Ao falar sobre pautas ambientais, Moraes (2015) afirma que o tema é abrangente, podendo focar em ângulos inusitados, procurando conexões e ampliação de conhecimentos sobre o meio ambiente. Assim, podemos pensar que utilizar um grande desastre como estratégia para cobrar o poder público e educar a sociedade sobre a necessidade de prevenção de eventos extremos, pode ser uma angulação discursiva inusitada, mas capaz de cumprir a necessidade educativa do jornalismo ambiental e produzir o sentido de alerta, mostrando através de um acontecimento atual a possibilidade do Estado do Rio Grande do Sul voltar a sofrer consequências de uma nova tragédia.

As soluções para evitar, combater e reduzir o impacto das enchentes é a ênfase dessa pauta. Na notícia 2 há uma seção dedicada a apresentar essas

soluções, logo após o intertítulo “As lições da tragédia”. Na matéria, o GZH constituiu em seis tópicos as ações que poderiam minimizar a gravidade de próximas chuvas e enchentes, com foco em recomendações para o poder público. Entendemos que o sentido produzido pelo discurso empregado na ênfase da notícia é sobre a ineficiência do Estado em tomar atitudes e fazer um trabalho contínuo de prevenção.

Nessa notícia são ouvidas seis fontes, dentre elas duas são especialistas, duas são referências e as outras duas são fontes institucionais. Os especialistas são pesquisadores e são ouvidos para explicar estratégias de prevenção e apontar os conflitos que as impedem de ser executadas. As fontes referências são documentos que trazem um levantamento sobre a situação do Brasil na prevenção de riscos. Já as fontes institucionais são representadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e pela Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs), instituições que se posicionam na notícia como interessadas em buscar integração entre os municípios, Estado e a União, para uma atuação conjunta na prevenção de riscos e desastres.

Ao escolher fontes especialistas, institucionais e referências, entendemos que o GZH opta por organizar o acontecimento e possíveis soluções de forma técnica.

É possível identificar que as fontes referências foram utilizadas para apontar os prejuízos econômicos produzidos pelos eventos extremos e mostrar dados sobre os riscos de desastre. As fontes institucionais aparecem na notícia para avaliar a situação das chuvas e expressar preocupação com a situação das cidades. Por outro lado, as fontes especialistas forneceram explicações e estratégias de soluções para desastres, além de demonstrarem posicionamento crítico, produzindo sentidos de cobrança e questionamento sobre a falta de estratégias de prevenção.

Nessa etapa da análise, visando chegar no enquadramento discursivo dessa notícia, reunimos os elementos já analisados acima em uma tabela.

Tabela 5 - Análise do enquadramento da notícia 2

Critérios de noticiabilidade	Relevância, proximidade e tempo.
Ângulo	O ângulo indicado pela notícia está focado nas ações para evitar os impactos de eventos extremos.

Principais sentidos	Os principais sentidos produzidos pela notícia são: responsabilização e cobrança ao poder público, a necessidade de prevenção, crítica às estruturas sociais e urgência.
Ênfase	A ênfase da notícia é são as soluções para evitar, combater ou reduzir o impacto dos eventos extremos.
Fontes	Institucionais, referências e especialistas.

Fonte: Elaboração própria

Entendemos que o enquadramento sob a noção de responsabilidade é o utilizado na notícia, pois em seus processos discursivos, aponta e questiona o comprometimento na prevenção de tragédias, abordando a necessidade de sistemas de prevenção mais eficazes. Dessa forma, o enquadramento discursivo empregado na notícia é sobre a necessidade de estratégias de prevenção.

Para chegar na formação discursiva produzida no texto jornalístico precisamos entender as suas condições de produção do discurso, ou a formação discursiva (Pêcheux, 1990). Com a análise do enquadramento discursivo percebemos que a formação discursiva dentro dos processos jornalísticos da notícia “Zoneamento de risco, sistemas de alerta: as lições que a tragédia das chuvas deixa para o RS” é formada pela união entre elementos do paradigma economicista e o ecológico profundo.

Podemos afirmar que a notícia busca cobrar ações governamentais para prevenir futuras tragédias e vê as mudanças climáticas como parte do problema. No entanto, mesmo abordando a necessidade de melhorar os sistemas de prevenção, a notícia deixa de apontar os culpados e as razões pelas quais esse sistema não é eficaz, mas sem conexão com as disputas sociais e políticas.

A notícia se autodenomina como um jornalismo de soluções, uma prática que exige apuração de quais são os problemas que precisam ser resolvidos, antes de sugerir possíveis ações e métodos para solucioná-los¹⁵. É possível perceber que as

¹⁵ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/help-desk/entenda-o-que-e-e-como-fazer-jornalismo-de-solucoes>. Acesso em: 12 jun. 2024.

injustiças sociais são aspectos deixados de lado no enquadramento discursivo dessa notícia ao falar dos problemas que precisam ser solucionados, mesmo que a dimensão social e as desigualdades socioeconômicas sejam um fator determinante para que eventos extremos se tornem destrutivos para a vida humana.

Assim, ao pensarmos sobre a constituição dessa notícia pelo GZH, entendemos que há um alinhamento com a abordagem tecnicista, que favorece uma visão científica sobre o desastre, não abordando questões como: condições sociais, econômicas e raciais, e como elas são afetadas por eventos extremos.

Aqui entendemos que os aspectos sociopolíticos têm papel fundamental na gravidade de uma tragédia, portanto, ao se propor como jornalismo de soluções, o GZH não aponta que esses fenômenos fazem parte do problema. Segundo Valencio (2014), não tratar desastres em sua perspectiva sociológica seria parte do paradigma hegemônico, o qual está ligado aos interesses econômicos e ignora os processos sociais.

Além disso, a notícia cita que as mudanças climáticas favorecem a repetição de eventos extremos, porém não explica essa relação para o leitor. A partir do estudo de jornalismo ambiental, considerando a sua função pedagógica (BUENO, 2007) e a necessidade de trazer o tema para debate público (AMARAL et al, 2020), ao incorporar a expressão “mudanças climáticas” na notícia, sem aprofundar a sua relação com as suas soluções, o GZH limita o entendimento de como elas afetam a população.

5.3. Onde está a falha

A terceira notícia recortada possui o seguinte título: “Pesquisadores da UFRGS afirmam que potencial de desastre no Vale do Taquari poderia ter sido previsto “com várias horas de antecedência””. Ela foi publicada no dia 12 de setembro, seis dias após o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, falar em entrevista ao programa “*Em Pauta*” da *Globonews*¹⁶, que os modelos

¹⁶ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/09/06/modelos-matematicos-nao-previram-vol-ume-de-chuva-diz-eduardo-leite-sobre-tragedia-no-rs.ghtml>> Acesso em: 22 abr. 2024.

matemáticos apresentados por institutos meteorológicos não previam o volume de chuva que causou a tragédia.

Dessa forma, o critério de noticiabilidade que fez com que esse tema fosse pautado pelo GZH foi a relevância, visto que o alerta da gravidade do fenômeno poderia ter salvo a vida de muitas pessoas, portanto é notável que o assunto é de grande impacto para grande parte da população. De forma secundária, o critério de novidade também pode ser atribuído à notícia, pois ao buscar especialistas para explicar sobre o assunto, o GZH traz à luz que os pesquisadores concluíram que o sistema de prevenção e alerta não funcionou.

Para compreendermos o enquadramento discursivo dessa notícia, vamos iniciar o processo de averiguação de algumas sequências discursivas.

(SD10) O Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)** emitiu uma nota na qual afirma que dados envolvendo o Rio das Antas e o acumulado de chuvas naquela região permitiam saber, com horas de antecedência, que havia potencial de desastre no **Vale do Taquari**, como ocorreu na semana passada. (GZH, set, 2023)

Para refletir os possíveis sentidos produzidos pela SD10 é necessário relembra os estudos de Orlandi (2007), que teorizam que a formação discursiva ocorre em um tempo histórico, sendo necessário saber do contexto de determinado discurso para compreender o sentido pretendido pelo locutor. Portanto, após saber que o governador Eduardo Leite, afirmou em entrevista que não era possível prever a gravidade do evento, o GZH veiculou uma notícia sobre uma nota produzida por pesquisadores, 6 dias depois, que afirma o oposto. Pode-se afirmar que o sentido produzido é de descrédito ao governo do RS, assim como, de contraponto com a informação divulgada por Leite.

(SD11) Segundo a nota, o Estado conta com um sistema eficaz de monitoramento e alertas para casos de eventos climáticos extremos considerados dentro da normalidade. No entanto, a manifestação oficial afirma que em casos de situações climáticas como a que atingiu o Vale do Taquari, a gravidade "não tem precedentes". (GZH, set, 2023)

A SD11 é uma resposta do governo do Estado, que utiliza o espaço para defender-se da afirmação dos cientistas de que era possível prever o desastre. Escolhemos mantê-la como sequência discursiva, mesmo sendo o discurso

pronunciado pelo governo, pois aqui considera-se que ao dar o espaço de defesa ao governo, mesmo após a comprovação que o Governador Eduardo Leite mentiu, a GZH também é responsável por esse discurso. Assim, a sequência pode gerar um sentido de atenuação da responsabilidade.

(SD12) A nota ainda sugere ações para serem adotadas imediatamente, no médio e no longo prazos. Entre as medidas emergenciais, está a **melhoria na qualidade dos alertas emitidos pelo governo do Estado**, “com maior detalhamento das informações e das ações necessárias” a serem adotadas pela população. (GZH, set, 2023, grifo nosso)

A SD12 discorre acerca das sugestões dos pesquisadores ao governo e dessa maneira é possível identificar um sentido de cobrança. O sentido de urgência também aparece na sequência quando aborda medidas emergenciais que devem ser adotadas pelo governo que, ao falar da “melhoria na qualidade dos alertas emitidos pelo governo do Estado”, busca demonstrar a ineficácia do sistema de alerta atual.

(SD13) Na lista de sugestões de curto prazo, os pesquisadores falam em ação política de reforço da Defesa Civil e dos órgãos do governo responsáveis pela previsão de inundações. Para o médio e longo prazos, a nota destaca, entre outras sugestões, a necessidade de “**elaboração de estudos regionais de zoneamento de áreas inundáveis**”. (GZH, set, 2023, grifo nosso)

A SD13 aborda um plano de ações criado pelos pesquisadores para melhorar o sistema de prevenção à tragédias. Dessa forma, um dos sentidos produzidos é o de cobrança.

A falta de eficácia dos sistemas de alerta e prevenção de eventos extremos foi o ângulo utilizado para noticiar que havia possibilidade de prever a tragédia com algumas horas de antecedência. Na angulação utilizada pelo GZH, é possível identificar que, ao reportar a nota escrita por pesquisadores, o foco foi a cobrança ao Governo Estadual sobre a ineficiência em alertar a população, demonstrando uma postura que questiona as ações que o poder público poderia ter adotado.

A ênfase dessa notícia está na informação de que a tragédia poderia ter sido prevista com horas de antecedência. Ao enfatizar que o evento foi previsto e houve a possibilidade de alertar a população, é produzido um sentido de responsabilização do governo gaúcho.

Ao analisar as fontes utilizadas pelo jornalista para construir essa notícia identificamos que a principal fonte foi uma nota, que poderia ser classificada como uma fonte documental, mas por ser escrita e assinada por 9 especialistas vinculados a um grupo de pesquisa da UFRGS, vamos classificar como uma fonte especialista. De acordo com Amaral (2015, p. 48), as fontes especialistas “participam ativamente da cobertura e dedicam-se não só a explicar cientificamente os fatos”, sendo muito importantes na cobertura de eventos extremos. Nesse caso, os pesquisadores estudaram o acontecimento e divulgaram as informações aos veículos, sendo uma forma de divulgação científica.

A outra fonte dessa notícia é oficial, sendo ela o governo do Estado. Compreendemos que, ao noticiar eventos extremos, as fontes oficiais são importantes para organizar o acontecimento (AMARAL, 2015), nesse caso, a fonte oficial aparece para responder uma acusação, em um espaço definido pela ética profissional do jornalismo,¹⁷ que possui a responsabilidade de ouvir todos os lados de uma história, incluindo aqueles que estão sendo acusados.

Na tabela subsequente retomamos os principais pontos dos processos jornalísticos que produzem o enquadramento discursivo dessa notícia.

Tabela 6 - Análise do enquadramento da notícia 3

Critérios de noticiabilidade	Relevância e novidade.
Ângulo	A falta de eficácia dos sistemas de alerta e prevenção de eventos extremos.
Principais sentidos	Cobrança, urgência, atenuação da responsabilidade, e descrédito ao governo do Estado.
Ênfase	Possibilidade da tragédia ter sido prevista com horas de antecedência.
Fontes	Especialistas e oficial

¹⁷ Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf> Acesso em: 03 jun. 2024.

Fonte: elaboração própria

Entendemos que é possível identificar que o enquadramento aplicado nesta notícia é *sob a responsabilidade*. Com tal característica, a notícia enquadra discursivamente a busca por respostas do governo do RS, contrapondo a afirmação de que o evento é imprevisível, algo que isentaria parcialmente a responsabilidade pela tragédia.

Podemos pensar que a sua formação discursiva está ancorada no paradigma da ecologia profunda ao adotar uma postura de exigência à resposta governamental à tragédia, demonstrando que se baseia em um aspecto fundamental da democracia. Dessa maneira, o GZH buscou promover debate público, de forma a demandar esclarecimento de Eduardo Leite sobre suas decisões tomadas, elemento que foi definido por Justen e Neto (2012) como característica desse paradigma.

No entanto, como diz Indursky (2005), a formação discursiva não é homogênea, ela é complexa, tendo influência de diversas ideologias e contextos sociais e nessa notícia é possível identificar também uma abordagem tecnicista, que para Valencio (2014) poderia se expressar através da separação do fenômeno físico dos sociais. Nessa notícia, que é constituída com essa abordagem, é destacada a importância da ciência e da tecnologia, ao mesmo passo que, evita questionamentos sobre os motivos para o governador não alertar a população. Portanto, a parte social da tragédia não entra em seu enquadramento discursivo, pois não existe uma reflexão sobre quais comunidades são mais afetadas e qual é a classe social que enfrenta maiores vulnerabilidades ao ser atingida por uma tragédia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, o assunto central foi como o jornalismo notícia eventos extremos. Sob a ótica dos estudos de jornalismo ambiental e da análise materialista do discurso, investigamos o enquadramento discursivo utilizado pelo GZH ao cobrir o desastre no Vale do Taquari, em setembro de 2023.

Por meio da análise de três notícias que relacionam as enchentes com mudanças climáticas, a pesquisa buscou entender os movimentos discursivos adotados para explicar a ocorrência desse evento extremo por esse jornal de notícias.

Tendo em vista essa problemática, os objetivos da pesquisa são: apresentar a importância de uma cobertura jornalística das mudanças climáticas que relacione as suas causas e consequências; identificar as marcas discursivas nos textos do jornal analisado (sentidos que são produzidos pelas reportagens) e compreender os enquadramentos da GZH na relação entre o desastre no Vale do Taquari e mudanças climáticas.

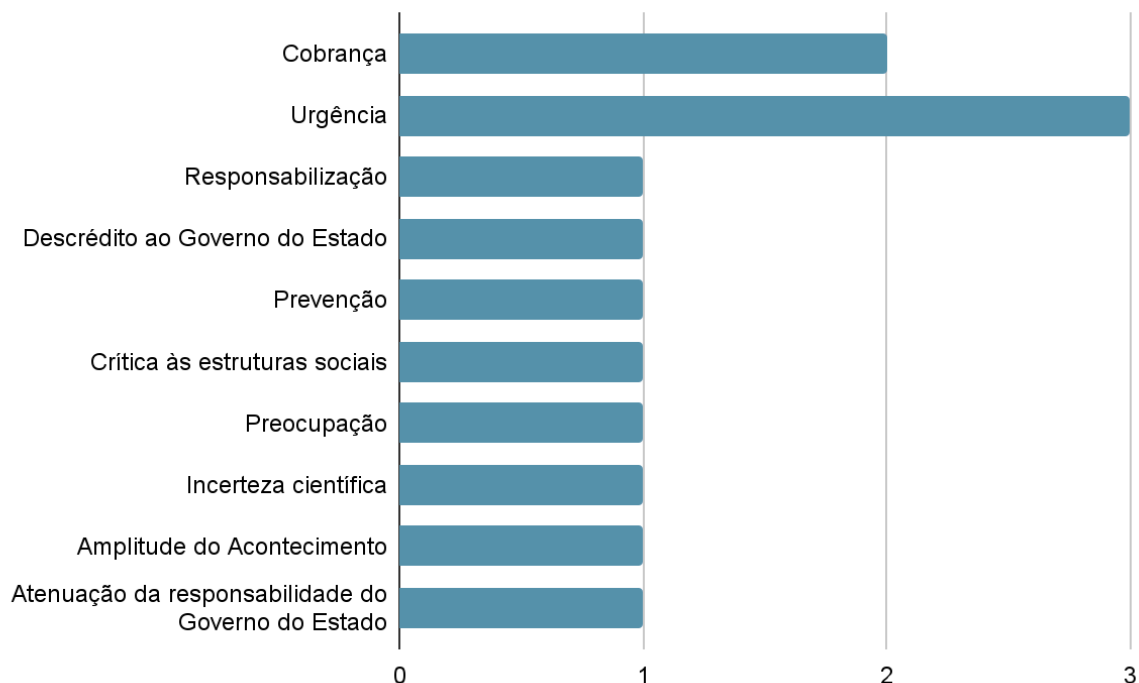
No primeiro capítulo apresentamos os principais estudos e pesquisas científicas que apontam a relação entre a maior intensidade de eventos extremos com as mudanças climáticas, além de explicar os principais conceitos sobre o assunto, visando expor ao leitor que vivemos atualmente num cenário de emergência climática.

No segundo capítulo, abordamos conceitos de jornalismo ambiental e sua conduta ética. Assim, buscamos trazer ao leitor uma base para o entendimento das características fundamentais para a cobertura de eventos climáticos extremos.

No terceiro capítulo, estudamos os principais conceitos de análise materialista do discurso. Esse capítulo é fundamental para a constituição da pesquisa, visto que possibilita o entendimento da formação discursiva e a compreensão da AD na busca de reflexões sobre os motivos de um produto jornalístico dizer aquilo que diz.

O enquadramento discursivo (MORAES, 2015) foi a metodologia utilizada nesta pesquisa. Por meio desse procedimento analítico, três notícias do GZH foram estudadas e tiveram o seu processo de produção jornalístico mapeadas. Nesse processo, foi possível identificar as marcas discursivas das notícias, sendo elas:

Gráfico 1- Marcas discursivas



Fonte: elaboração própria

Essas marcas discursivas demonstram os sentidos que podem ser produzidos pelas notícias. Assim, é possível identificar que a “urgência” é uma marca discursiva recorrente. Além disso, também são produzidos sentidos opostos, como por exemplo a “atenuação da responsabilidade do Governo do Estado” e o de “responsabilidade”, que aponta as falhas do governo, os quais entram em conflito ao abordarem o papel de ações governamentais na tragédia, mas de diferentes perspectivas. Contudo, nas outras marcas discursivas, que permeiam as três notícias, o GZH produz sentidos sobre a seriedade do evento, mostrando ao leitor a gravidade e a complexidade do assunto.

Durante o processo de análise também foi possível identificar que o ponto em comum nas notícias é a síndrome do Lattes, definida por Bueno (2007) como um problema recorrente no jornalismo ambiental brasileiro, o qual se limita em ouvir especialistas e pesquisadores como fontes. Neste trabalho, destacamos que a falta

de diversidade nas fontes pode comprometer a capacidade do jornal em alertar sobre a gravidade das mudanças climáticas.

Nas matérias analisadas, ao deixar de ouvir o testemunho daqueles que vivenciaram diretamente os impactos do evento extremo, o GZH gerou um discurso mais distante e científico, sem considerar as complexidades interseccionais do problema. Percebemos que ao negligenciar a diversidade de fontes, o jornal transforma as mudanças climáticas em um assunto intelectual, afastando a população leiga da discussão.

Ademais, foi possível identificar que os enquadramentos utilizados pelo GZH foram de “interesse humano” e “responsabilidade”, que pautam as mudanças climáticas no acontecimento a partir do interesse e curiosidade da população e apuram a atuação do poder público na prevenção da tragédia, apontando as suas falhas. Ao refletir sobre o recorte discursivo, é possível perceber que nas três notícias o saber científico é muito presente, tanto ao explicar as causas, na primeira notícia, ao falar da necessidade de ações para evitar os eventos extremos, na segunda notícia e para abordar que a tragédia poderia ter sido prevista, na última notícia que analisamos.

Portanto, ao realizar uma discussão sobre a formação discursiva, identifica-se que as três notícias possuem em seus processos jornalísticos mais de uma FD. Podemos dizer que o paradigma economicista aparece como base para argumentos que defendem o uso de tecnologias na solução e o tecnicismo, que vê o desastre sob a ótica geofísica e sem um recorte social. Enquanto o paradigma da ecologia profunda busca a democracia e reconhece que os fenômenos estão interligados e resultam de múltiplos fatores.

Mesmo com o recorte limitado dessa análise, foi possível identificar as causas, consequências e soluções para os eventos extremos e mudanças climáticas, presentes no enquadramento discursivo da GZH. Assim, respondendo positivamente ao problema de pesquisa, que questionou se as causas e consequências das mudanças climáticas fizeram parte do enquadramento discursivo da GZH ao cobrir o ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul em setembro de 2023.

Ademais, pelo olhar da AD e do JA, é possível fazer algumas pontuações ao analisar a cobertura do evento extremo pelo GZH, um veículo de comunicação generalista. A primeira delas é que o enquadramento discursivo do jornal deixa de fora o impacto das mudanças climáticas na vida das pessoas, por mais que para o jornalismo ambiental seja importante trazer à tona discussões que promovam a mobilização social para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, visando educar para a consciência ambiental. Portanto, a partir do nosso recorte discursivo, podemos dizer que ainda há um caminho para o jornalismo do GZH noticiar os fenômenos e desigualdades sociais como parte do enquadramento discursivo sobre eventos climáticos extremos.

A questão fundamental para o jornalismo ambiental, ao cobrir um evento extremo, é não apenas citar que ele está relacionado com as mudanças climáticas, mas explicar o porquê e fazer uso de exemplos para elucidar as consequências. Assim, nas notícias que analisamos, o GZH não aprofunda esta relação dos graves efeitos do ciclone extratropical como consequência das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Líbero**, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/19>. Acesso em: 08 abr. 2024.

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (Org.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19971/Minimanual.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BAUMONT, Clarissa de; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; PEDROSO, Rosa Nívea. Jornalismo e cidadania ecológica: análise da temática do aquecimento global no Caderno Ambiente do jornal Zero Hora. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges Toni. Orgs. **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>. Acesso em: 14 set. 2023.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudos de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUENO, Wilson. da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, 2007. Editora UFPR. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=80thVYoAAAAJ&citation_for_view=80thVYoAAAAJ:d1gkVwhDpl0C. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a Teoria Da Análise De Discurso: Desdobramentos Importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Revista Linguagem: Estudos e Pesquisas**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 171- 182, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/32465>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BIERHAUS, Elison Eduardo Jardim; BRAZIL, Claudineia Machado; SOARES, Marcelo Carvalho. Relação entre os eventos de El Niño e La Niña com os decretos

de situação de emergência e estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul. **Revista Flammae**, Recife, v. 04, n. 11, p.233-243, 2018. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/rela%C3%A7%C3%A3o-entre-os-eventos-de-el-nin%C3%B5-e-la-nin%C3%A3-com-os-decretos-de-situa%C3%A7%C3%A3o-de-emerg%C3%Aancia-e> . Acesso em: 20 maio 2023

CARVALHO, Délton. Desvendando a emergência climática. **Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense**, v. 17, n. 36, p. 39-64, nov. 2022. Disponível em: <https://seer.mpsc.mp.br/index.php/atuacao/article/view/207> . Acesso em: 20 jul. 2023.

CEMADEN, 2024. **Em 2023, Cemaden registrou maior número de ocorrências de desastres no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/em-2023-cemaden-registrou-maior-numero-de-ocorrencias-de-desastres-no-brasil>. Acesso em: 15 maio. 2024.

COLOMBO, Macri Elaine. **Jornalismo Ambiental: a sua história e conceito no contexto social**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010, Caxias do Sul. **Anais[...]**. Caxias do Sul: Intercom, 2010. p. 1-11. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2674-1.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Correa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DESASTRES NATURAIS NO RIO GRANDE DO SUL. **Defesa Civil do Rio Grande do Sul**. 2023. Disponível em: https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=b59478951d4c42ff827bbc3d67e13a67&page=page_3#layout_110_block_1 Acesso em: 05 ago. 2023.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges Toni. (Org). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. **Estudos da Língua(gem)**, v. 1, n. 1, p. 69-75, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/979>. Acesso em: 18 out. 2023.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O acontecimento discursivo como gesto de interpretação na história. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; PAULA, Marlúbia Corrêa de (Org.). **Teorias da Análise do Discurso: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social**. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2022.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

FONTANA, Mônica Zoppi; ERICSON, Sóstenes. Dos aplausos à luta de classes: Mistificação e exploração do trabalho em discurso. *In*: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; PAULA, Marlúbia Corrêa de (Org.). **Teorias da Análise do Discurso**: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2022

GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges Toni (Org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de. Jornalismo e mudanças climáticas: reflexões a partir da ótica do jornalismo ambiental. *In*: REYES, FR; MANCINAS-CHÁVEZ, R. (Org.). **Medios de comunicación y cambio climático**, Sevilla: Fénix editora. 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações**. Alfa, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a5c2926e-0a7e-4409-8482-72796850f972/content>. Acesso em: 08 out. 2023

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v.4, n.11, nov. 2007.

GOUDARD, Gabriela. **Eventos pluviiais extremos e riscos hidrometeorológicos Híbridos na Bacia do Alto Iguaçu (Paraná)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369551150 DISSERTACAO_EVENTOS_P_LUVIAIS_EXTREMOS_E_RISCOS_HIDROMETEOROLOGICOS_HIBRIDOS_NA_BACIA_DO_ALTO_IGUACU_PARANA_CURITIBA. Acesso em: 14 maio 2023.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. A análise do discurso de linha francesa e a pesquisa nas ciências humanas. *In*: **Sciencult**, v.1, n.1, Paranaíba, 2009. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3274> . Acesso em: 9 jun. 2023

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; ORTH, Thiana. Teoria materialista do discurso e o serviço social: Trabalho, discurso e materialismo histórico. *In*: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; PAULA, Marlúbia Corrêa

de (org.). **Teorias da Análise do Discurso: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social**. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2022

HERBERT, Thomas. [1967]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Revista Rua**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-89, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 10 out 2023.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela por ela?. **SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**, 2, 2005, Porto Alegre. Anais Eletrônicos [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndurksky.pdf> . Acesso em: 7 jul. 2023.

IPCC, 2023. **Mudança do Clima 2023**: Relatório Síntese. Tradução de SJR Assessoria e Tradução LTDA. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 12 maio. 2024.

IPCC, 2021. **Sumário para Formuladores de Políticas**. Mudança do Clima 2021: A Base da Ciência Física. Tradução: Governo do Brasil. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf Acesso em: 27 nov. 2023.

IPCC, 2018. Aquecimento global de 1,5 °C. Tradução: Governo do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/relatorio-executivo-08-07-web.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

JUSTEN, Carlos; NETO, Luis. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/gmpRYJNcX8pnPdKdSMSZDWC/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio. 2024.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo e riscos climáticos**: Percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores. Curitiba: Editora da UFPR, 2020.

LOOSE, Eloisa; GIRARDI, Ilza Maria. Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão. **Mediações Sociais**, v. 17, p. 209-222, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329571154_Antes_do_desastre_notas_a_respeito_do_Jornalismo_da_comunicacao_de_risco_da_prevencao_e_do_envolvimento_cidadao. Acesso em: 10 jun. 2024.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo e Mudanças Climáticas desde o Sul: Os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade.** Tese (Doutorado em Comunicação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/220347/001124549.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 set. 2023.

LOURENÇO, Luciano; NUNES, Adélia (Org.). **Riscos Hidrometeorológicos.** RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, dez, 2018. Disponível em: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SEC/4/Ebook_RiscosHidro_cap08.pdf Acesso em: 25 abr. 2023.

MARIANI, Bethania. **O Comunismo Imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989).** 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/115379> . Acesso em: 08 out. 2023.

MARENGO, José Antônio. Água e mudanças climáticas. Estudos avançados, v. 22, n.63, p. 83-98, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/fXZzdm68cnztt6Khr8zYx3L/>. Acesso em: jul. 2023.

MARENGO, José Antônio; SCHAEFFER, Roberto; PINTO, Hilton; ZEE, David. **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil.** Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, 2010. Disponível em: <https://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-17.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

MORAES, Cláudia Herte de. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital.** Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

MORAES, Cláudia Herte de; FANTE, Eliege Maria. Sustentabilidade: Do que estamos falando? Entender os paradigmas para complexificar a pauta. *In*: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática.** Porto Alegre: Editora Metamorfose, 2018.

MORAES, Cláudia Herte de; GIRARDI, Ilza Maria. **Enlaces entre educomunicação e jornalismo ambiental: a mudança climática em questão.** Educomunicação e diversidade: múltiplas abordagens. São Paulo, SP: ABPEducom, p. 15-32, 2016.

O QUE SÃO MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Nações Unidas Brasil, 2021.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/139401-aquecimento-global-atinge-n%C3%ADveis-sem-precedentes-e-dispara-alerta-vermelho-para-humanidade>. Acesso em: 10 ago 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Paráfrase e Polissemia: A Fluidez nos limites do simbólico**. Universidade Estadual de Campinas. Rua, Campinas, 1998

PARANHOS, Alexandre José Vitalini et al. **Desastres naturais no Rio Grande do Sul: estudo sobre as ocorrências no período 2003-2021**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202211/22111507-desastres-naturais-2003-2021.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PBMC. **Contribuição do Grupo de Trabalho 1 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Sumário Executivo GT1**. Rio de Janeiro: PBMC, 2013. Disponível em: http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/RAN1_completo_vol1.pdf. Acesso em: 4 maio 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Apresentação da AAD. *In*: GADET, F., HAK, H. **Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux)**. Campinas: Pontes, 1997.

PESSOA, Mariana Lisboa. **Combate às mudanças climáticas : a situação do RS no cumprimento das metas do ODS 13**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão: Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pesquisa-ods-13-combate-a-s-mudana-as-clima-ticas-a-a-situaa-a-o-do-rs-no-cumprimento-das-metas-do-ods-13.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

RIPPLE, William; WOLF, Christopher; NEWSOME, Thomas M; BARNARD, Phoebe; MOOMAW, William. Alerta dos cientistas mundiais sobre uma emergência climática, **BioScience**, v. 70, n. 1, p. 8–12, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/bioscience/article/70/1/8/5610806>. Acesso em: 25 ago 2023.

SEMETKO, Holli; VALKENBURG, Patti. Framing European politics: a content analysis of press and television news. **Journal of Communication**, v. 50, n. 2, p. 93-109, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1111/j.1460-](https://doi.org/10.1111/j.1460-.). Acesso em: 05 nov de 2023.

SOUZA, Elise Azambuja. **Risco é Notícia? A relevância jornalística dos riscos nos grandes desastres da mineração brasileira**. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/30165>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. Florianópolis, SC: UFSC, 2011.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes e Diálogo**. v. 13, n. 01, jan./jun 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/5387>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCHWAAB, Reges. **Jornalismo, discurso e sustentabilidade**. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloísa Beling; BAUMONT, Clarissa Cerveira (Org.). *Ecos do Planeta*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SORDI, Jaqueline Orgler. **Os sentidos do Verde nas Páginas de Zero Hora**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55386>. Acesso em: 16 set. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, Volume I: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

Terminologia da Estrutura Sendai Sobre Redução de Risco de Desastres. Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, 2023. Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/disaster#>. Acesso em: 18 set 2023

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela do (Org.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. 3. ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2015. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

VALENCIO, Norma. Desastre: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mgDC4L9wdshN9rJ3GLV3PVv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2024.

VICENTE, Andrea Koga. **Eventos extremos de precipitação na Região Metropolitana de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, 143 p. 2004. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/332026>. Acesso em: 3 jul. 2023.